HORIVAL MARQUES DE FREITAS JÚNIOR

**O Ministério Público e os meios alternativos de solução de conflitos
coletivos**

Tese de Doutorado

Orientador: Professor Doutor José Carlos Baptista Puoli

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE DIREITO**

São Paulo-SP

2018

HORIVAL MARQUES DE FREITAS JÚNIOR
N. USP 4947790

**O Ministério Público e os meios alternativos de solução de conflitos
coletivos**

Tese de Doutorado, apresentada a Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Direito, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, na área de concentração Direito Processual, sob a orientação do Professor Doutor José Carlos Baptista Puoli.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE DIREITO
São Paulo-SP
2018

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo da Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo

Freitas Junior, Horival Marques de
O Ministério Público e os meios alternativos de solução de conflitos coletivos / Horival Marques de Freitas Junior ; orientador José Carlos Baptista Puoli -- São Paulo, 2018.
313

Tese (Doutorado - Programa de Pós-Graduação em Direito Processual) - Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, 2018.

1. meios alternativos de solução de conflitos . 2. novo Código de Processo Civil. 3. Ministério Público. 4. tutela coletiva. 5. processo coletivo. I. Puoli, José Carlos Baptista, orient. II. Título.

Nome: FREITAS JÚNIOR, Horival Marques de.

Título: O Ministério Público e os meios alternativos de solução de conflitos coletivos.

Tese apresentada à Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Doutor em Direito.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof(a). Dr(a). _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Prof(a). Dr(a). _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Prof(a). Dr(a). _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Prof(a). Dr(a). _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Prof(a). Dr(a). _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Prof(a). Dr(a). _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

RESUMO

Horival Marques de Freitas Junior. O Ministério Público e os meios alternativos de solução de conflitos coletivos. 2018. 313 páginas. Doutorado – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

Diante do alto índice de litigiosidade verificado nas diversas instâncias do Judiciário brasileiro, os meios alternativos de solução de conflitos vêm ganhando crescente atenção no sistema processual brasileiro, em movimento que atingiu seu ápice nos anos de 2015-2016, com a vinda de novos estatutos legislativos voltados às soluções consensuais: Lei 13.105, de 18 de março de 2015 (novo Código de Processo Civil Brasileiro), Lei 13.129, de 26 de maio de 2015 (nova Lei da Arbitragem) e Lei 13.140, de 26 de junho de 2015 (Lei da Mediação). No contexto dessas tendências, o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) firmou o acordo de cooperação técnica 14/2012 junto ao Ministério da Justiça, tendo como objeto “a conjunção de esforços dos partícipes no sentido de desenvolvimento de uma política de democratização do acesso à justiça por meio da realização de cursos de Aperfeiçoamento em Técnicas de Mediação e Composição de Conflitos e de Direitos Humanos”. Assim, em 1º de dezembro de 2014, foi editada a Resolução 118, dispondo sobre a política nacional de incentivo à autocomposição no âmbito do Ministério Público, com referência às seguintes práticas autocompositivas no âmbito das diversas unidades do *Parquet* brasileiro: a) negociação; b) mediação; c) conciliação; d) práticas restaurativas; e e) convenções processuais. A partir da ampla legitimidade conferida pela Constituição de 1988 e diante da expressa orientação de que a mediação e outros métodos de solução consensual de conflitos deverão ser estimulados por todos, inclusive os membros do Ministério Público (art. 3º do CPC-2015), propõe-se o aprimoramento da atuação da instituição enquanto agente fomentadora de soluções consensuais no âmbito da tutela coletiva. Ademais, ante algumas insuficiências do atual microssistema das ações coletivas, a pesquisa foi também direcionada à obtenção de propostas de alterações hermenêuticas e legislativas, tendo como foco a ampliação das soluções coexistenciais no âmbito do processo coletivo brasileiro e a premissa de que o Ministério Público deve, cada vez mais, incorporar em seu perfil o papel de “represente adequado” para as questões transindividuais.

Palavras-Chave: meios alternativos de solução de conflitos – novo Código de Processo Civil – Ministério Público – tutela coletiva – processo coletivo.

ABSTRACT

Considering the high level of litigation found in several instances of Brazilian Judiciary, alternative dispute resolution has been attracting increasing attention in Brazilian procedural system, a movement which has reached its pinnacle in 2015-2016, with the coming of new laws aimed at mutual consent resolutions: Law No. 13.105 of March 18, 2015 (new Brazilian Civil Procedure Code), Law No. 13.129 of May 26, 2015 (new Law on Arbitration) and Law No. 13.140 of June 26, 2015 (Law of Mediation). Within the context of these trends, National Council of Public Prosecutor's Office has signed the technical cooperation agreement 14/2012 with Ministry of Justice, aiming at "the combination of parties' efforts in order to develop a policy of democratization of access to justice through courses on Improvement in Mediation Techniques and Composition of Conflicts and Human Rights". Thus, on December 1, 2014, Resolution 118 was issued about the national policy of incentive to self-mediation within Public Prosecutor's Office, referring to the following practices of self-mediation in several units of Brazilian Public Prosecution Service: a) negotiation; b) mediation; c) reconciliation; d) restorative practices, and e) procedural conventions. Based on the plentiful legitimacy provided by the Constitution of 1988 and considering the avowed guidance that mediation and other methods of mutual consent resolutions of conflicts should be encouraged by all, including members of Public Prosecutor's Office (article 3 of Civil Procedure Code-2015), the improvement of the institution's activity as an agent fomenting mutual consent resolutions within collective protection is proposed. Furthermore, due to insufficiency of the current class action system, the research has also been carried out to obtain proposals for hermeneutical and legislative changes, focusing on the expansion of coexisting solutions within the Brazilian collective process and the assumption that Public Prosecutor's Office should, increasingly, include in its profile the adequacy of class representation.

Keywords: alternative dispute resolution - new Brazilian Civil Procedure Code
- Public Prosecutor's Office – class actions - adequacy of representation.

RÉSUMÉ

Devant le haut répertoire contentieux vérifié auprès des diverses instances du Judiciaire brésilien, les modes alternatifs de règlements des conflits gagnent croissante attention dans le système procédural brésilien, notamment entre 2015 – 2016, avec l'avènement de nouveaux règlements législatifs disposés vers le consensus: la Loi 13.105, du 18 mars 2015 (nouveau Code de Procédure Civile Brésilien), la Loi 13.129, du 26 mai 2015 (nouvelle Loi d'Arbitrage) et la Loi 13.140, du 26 juin 2015 (la Loi de Médiation). Dans le contexte de ces tendances, le Conseil National du Ministère Public (CNMP) a conclu l'accord de coopération technique 14/2012 auprès du Ministère de Justice, ayant pour objet «la conjonction d'efforts des parts vers le développement d'une politique de démocratisation de l'accès à la justice par l'achèvement des cours de Perfectionnement en Techniques de Médiation et Composition de Conflits et de Droits Humains». Ainsi, au 1^{er} décembre 2014, fut éditée la Résolution 118 qui dispose à propos de la politique nationale stimulant l'autocomposition dans le cadre du Ministère Public, en ce qui concerne les suivantes pratiques autocompositives dans le cadre des diverses unités du Parquet brésilien: a) négociation; b) médiation; c) conciliation; d) pratiques restauratives; et e) conventions procédurales. A partir de l'ample légitimité allouée par la Constitution de 1988 et devant l'expresse orientation que la médiation et d'autres méthodes de solution consensuelle de conflits devront être stimulées par tous, y compris les membres du Ministère Public (art. 3^e du CPC-2015), on y propose le perfectionnement de l'action de l'institution en tant qu'agent aiguillon de solutions consensuelles dans le cadre de la tutelle collective. En outre, devant quelques manques du présent microsystème des actions collectives, la recherche a également ciblé l'obtention de quelques propositions de modifications herméneutiques et législatives, ayant pour but d'aggrandir les solutions coexistencielles dans le cadre du procès collectif brésilien et la prémisse que le Ministère Public doit intégrer progressivement à son profil celui du «représentant adéquat» pour les questions transindividuelles.

Mots clés : modes alternatifs de règlements des conflits - nouveau Code de Procédure Civile Brésilien - Ministère Public - tutelle collective - procès collectif brésilien.

SUMÁRIO

RESUMO.....	4
ABSTRACT	5
RÉSUMÉ	6
SUMÁRIO	7
INTRODUÇÃO	11
1. Atualidade e relevância do tema	11
2. Organização e desenvolvimento	23
1. TRANSAÇÕES ENVOLVENDO INTERESSES E DIREITOS COLETIVOS ..	25
1.1. Direitos indisponíveis e processo: panorama geral.....	25
1.2. As principais questões envolvendo a indisponibilidade dos interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos: interesse público e legitimidade ad causam	32
1.2.1. Direitos transindividuais	32
1.2.2. Os argumentos a favor da indisponibilidade.....	36
1.2.3. Desconstrução da ideia de supremacia do interesse público como fundamento para a indisponibilidade dos interesses transindividuais.....	37
1.2.4. (In)disponibilidade do interesse público no direito administrativo	49
1.2.4.1. Arbitragem e autocomposição nos conflitos envolvendo a Administração pública: Leis 13.129/2015 e 13.140/2015	52
1.2.5. (In)disponibilidade no processo penal	58
1.2.5.1. Os acordos de colaboração premiada – Lei 12.850/2013.....	62
1.2.5.2. A Resolução 181/2017 do CNMP: acordos de não persecução penal.....	66
1.2.6. Acordo de leniência na Lei Anticorrupção	69
1.3. Indisponibilidade como decorrência da legitimidade ad causam: real cerne das questões acerca da possibilidade de transação no âmbito da tutela coletiva	71
1.4. Transacionalidade dos direitos coletivos	78
1.5. Compromisso de ajustamento de conduta: posituação da possibilidade de acordos no microsistema das ações coletivas	85
1.5.1. Os debates envolvendo a natureza jurídica do compromisso de ajustamento de conduta	88
1.5.2. Os acordos em litígios coletivos mesmo quando se está diante de interesses indisponíveis sob a ótica do direito material: concretização e criação do direito por meio das técnicas extrajudiciais de solução de conflitos.....	95
1.6. Direito estrangeiro: a possibilidade de acordo nas class actions do direito norteamericano.....	99
1.6.1. As class actions	99

1.6.2. Possibilidades e limites de soluções consensuadas no direito coletivo estadunidense	104
--	-----

2. OS FUNDAMENTOS E INSTRUMENTOS LEGITIMADORES DO MINISTÉRIO PÚBLICO ENQUANTO AGENTE FOMENTADOR DE SOLUÇÕES AUTOCOMPOSITIVAS: REPRESENTATIVIDADE ADEQUADA NO ÂMBITO DA TUTELA COLETIVA.....113

2.1. A legitimidade do Ministério Público para a resolução consensual de conflitos como decorrência de seu perfil constitucional e processual	113
2.1.2. Origem do Ministério Público brasileiro.....	115
2.1.3. O tradicional modelo de intervenção do Ministério Público no Processo Civil: “demandista”	119
2.1.4. O Ministério Público na Constituição de 1988	122
2.1.5. Natureza do Ministério Público.....	124
2.1.6. As garantias constitucionais para atuação ministerial isenta, imparcial e independente: modelo de simetria com as garantidas conferidas à magistratura	126
2.1.7. Cláusula pétrea	130
2.1.8. O Ministério Público e Democracia: tutela dos interesses da sociedade brasileira.	132
2.1.9. Tendência de preponderância do modelo “resolutivo” de atuação ministerial em relação ao modelo “demandista”.....	135
2.1.10. O Ministério Público no contexto do novo CPC: foco na atuação preventiva e extrajudicial.....	139
2.2. A legitimidade do Ministério Público para a resolução consensual de conflitos como decorrência do seu perfil de atuação no sistema processual coletivo brasileiro	141
2.2.1. Atuação como custos legis nas ações coletivas ajuizadas por colegitimados	141
2.2.2. Legitimidade autônoma do Ministério Público para tutela dos interesses difusos e coletivos	143
2.2.3. O princípio da obrigatoriedade.....	147
2.2.4. A ausência de obrigatoriedade de interposição de recurso contra sentenças de improcedência ou parcial procedência das ações civis públicas.....	150
2.2.5. As deliberações do Ministério Público: discricionariedade?	150
2.2.6. Princípio da independência funcional e estímulo às soluções consensuais.....	156
2.3. O consenso e a argumentação como fundamentos legitimadores das transações tomadas pelo Ministérios Público	160
2.4. Instrumentos afeitos ao Ministério Público para coleta de informações e que também permitem o atendimento aos princípios da transparência, publicidade e contraditório	162
2.4.1. Poderes investigatórios, intimações e requisições.....	162
2.4.2. Inquérito civil	168
2.4.3. Demais procedimentos administrativos afeitos à investigação e adoção de diligências pelo Ministério Público.....	175
2.4.4. Controle de arquivamento, necessidade de motivação dos atos determinados e sua publicidade	178

2.4.5. A existência do “duplo grau ministerial”: possibilidade de interposição de recursos no inquérito civil.....	184
2.4.6. Audiências públicas	186
2.5. Os instrumentos afeitos ao Ministério Público que permitem a concretização das soluções consensuais dos conflitos coletivos	188
2.5.1. Compromisso de ajustamento de conduta	188
2.5.1.1. Legitimidade.....	191
2.5.1.2. Objeto do ajustamento de conduta.....	193
2.5.1.2.1. Ajustamento de conduta envolvendo a responsabilização por atos de improbidade administrativa	195
2.5.1.2.2. Derrogação do art. 17, §1º: possibilidade de acordos e transações versando sobre as penalidades previstas na Lei de Improbidade Administrativa.....	197
2.5.1.2.3. Os “acordos de leniência” no âmbito da “operação Lava Jato”.....	203
2.5.1.3. Aspectos formais	205
2.5.1.4. Revisão e homologação dos compromissos de ajustamento de conduta tomados pelo Ministério Público	208
2.5.1.5. Publicidade	211
2.5.1.6. Vinculação dos compromissos de ajustamento de conduta tomados pelo Ministério Público em face dos demais colegitimados e interessados	213
2.5.2. Acordos judiciais	217
2.5.3. Convenções processuais nos termos de ajustamento de conduta	218
2.5.4. Recomendações administrativas	220
3. EMPREGO DOS MEIOS ALTERNATIVOS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS A CONTROVÉRSIAS TRANSINDIVIDUAIS.....	225
3.1. Política nacional de incentivo à autocomposição no âmbito do Ministério Público: a Resolução 118/2014 do CNMP	225
3.2. Exemplos de programas de incentivo a MASCs promovidos pelo Ministério Público	231
3.3. Meios alternativos de solução de conflitos (ADRs ou MASCs): sistemas de solução multiportas (“multidoor courthouse”)	233
3.3.1. Origem da terminologia empregada	233
3.3.2. Os meios alternativos de solução de conflitos nas reformas processuais brasileiras a partir da década de 90.....	236
3.3.3. Princípios voltados à solução consensual dos conflitos.....	240
3.4. Possibilidade de emprego dos métodos alternativos de solução de conflitos às controvérsias transindividuais: necessidade de prévio juízo de admissibilidade e adequação	242
3.5. As técnicas de composição dos litígios.....	245
3.5.1. Autotutela.....	245
3.5.2. Autocomposição	246

3.5.3. Heterocomposição	248
3.6. Os métodos alternativos de solução de conflitos tradicionais	249
3.6.1. Negociação	249
3.6.1.1. A negociação na solução de conflitos transindividuais	251
3.6.2. Mediação e Conciliação	253
3.6.2.1. Mediação	253
3.6.2.2. Processo global da mediação	255
3.6.2.3. Conciliação.....	257
3.6.2.4. Princípios da mediação e da conciliação.....	259
3.6.2.5. A mediação e a conciliação na solução de conflitos transindividuais	261
3.6.3. Arbitragem.....	266
3.6.3.1. Critérios subjetivos e objetivos de admissibilidade: arbitrabilidade.....	268
3.6.3.2. Arbitragem em contratos administrativos	270
3.6.3.3. A arbitragem na solução de conflitos transindividuais	272
3.6.3.4. Coisa julgada na arbitragem coletiva	276
3.6.4. Produção antecipada de provas, sem o requisito da urgência, no novo CPC brasileiro 277	
3.7. Compatibilização entre os princípios da confidencialidade (previsto para os métodos alternativos de solução de conflitos) e da publicidade dos atos praticados pelos órgãos públicos (art. 37 da Constituição)	279
3.8. Necessidade de capacitação dos membros e servidores do Ministério Público para o adequado emprego de técnicas extrajudiciais na solução dos conflitos coletivos	282
CONSIDERAÇÕES FINAIS	285
REFERÊNCIAS	293

INTRODUÇÃO

1. Atualidade e relevância do tema

Durante a década de 70, Frank Sander, professor da Faculdade de Direito de Harvard, cunhou a expressão “meios alternativos de solução de conflitos” (tradução de *alternative dispute resolution* - ADR¹), em decorrência da percepção de que nem todas as espécies de litígios eram eficazmente resolvidas pelo sistema processual tradicional.

Algumas situações deveriam ser encaminhadas à arbitragem, mediação ou outros mecanismos mais adaptados às especificidades de um determinado litígio, como forma de melhor proteção do direito material em questão. A partir de então, passou-se a desenvolver a ideia de uma “Justiça multiportas”², não mais se podendo reduzir a garantia do acesso à justiça pelo necessário acesso às vias jurisdicionais.

Conforme demonstrado por Mauro Cappelletti, a decisão decorrente da “justiça contenciosa” destina-se a meramente resolver o litígio como um episódio do passado, não destinado a perdurar. Neste passo, as sociedades atuais convivem com conflitos que não seriam satisfatoriamente resolvidos por esse tipo de decisão. Isso porque as relações intersubjetivas estão cada vez mais complexas e imbricadas, decorrentes da sociedade em rede³ em que vivemos, de modo que, em geral, a conservação das relações tem se mostrado necessária como forma de acarretar vantagens a toda a sociedade.

Com efeito, indivíduos e/ou entidades em conflito não raro fazem parte de um mesmo grupo ou estão presos a uma relação mais complexa entre eles. Portanto, o caráter contencioso das soluções adjudicadas necessita ser evitado, emergindo os métodos de decisão

¹ A expressão foi empregada por Frank Sander durante a *National conference on the causes of popular dissatisfaction with the administration of Justice*, realizada em Mineapolis, nos Estados Unidos, em 1976, posteriormente objeto de publicação sob o artigo *Varieties of dispute processing*.

² A experiência da *Multi-door Courthouse* foi igualmente sugerida em 1976 por Frank Sander, professor emérito da *Harvard Law School*.

³ Manuel Castells trata do tema, ao analisar a sociedade e a economia do início do século XXI. De acordo com o autor, o surgimento da “sociedade em rede” tornou-se possível em razão do desenvolvimento das novas tecnologias da informação que “agruparam-se em torno de redes de empresas, organizações e instituições para formar um novo paradigma sociotécnico”. Segundo a conceituação por ele apresentada: “redes são estruturas abertas capazes de expandir de forma ilimitada, integrando novos nós desde que consigam comunicar-se dentro da rede, ou seja, desde que compartilhem os mesmos códigos de comunicação (por exemplo, valores ou objetivos de desempenho). Uma estrutura social com base em redes é um sistema aberto altamente dinâmico suscetível de inovação sem ameaças ao seu equilíbrio” (*A sociedade em rede*, pp. 477 e 499).

coexistencial como opção mais adequada, pois, quando frutíferos, acabam por “remendar uma situação de ruptura ou tensão”⁴, privilegiando a manutenção da boa relação entre os envolvidos.

E essas novas ideias vêm sendo progressivamente encampadas pelo direito processual brasileiro, notadamente nas duas últimas décadas, mas fundamentadas muito mais na crise do Poder Judiciário nacional, assolado pela enorme quantidade de ações e recursos que são diariamente distribuídos, do que efetivamente na necessidade de oferecimento da solução mais adequada às partes em litígio⁵. Bem ou mal, a crise do Poder Judiciário brasileiro realmente atingiu níveis alarmantes, não sendo sem razão que a necessidade de se propor “alternativas” à via judicial acabe preponderando sobre a preocupação em oferecer os meios “mais adequados” para solução dos conflitos⁶.

Diante do grave quadro de litigiosidade já apontado, os MASC’s passaram a ganhar crescente atenção no sistema processual brasileiro, podendo ser dito que essa constante projeção, por ora, atingiu seu ápice nos anos de 2015-2016, com o início da vigência da Lei 13.105, de 18 de março de 2015 (com *vacatio legis* de um ano), a qual introduziu o novo Código de Processo Civil Brasileiro, em derrogação do CPC anterior (Lei 5.869/1973), bem como da Lei 13.129, de 26 de maio de 2015, implementando diversas modificações na Lei de Arbitragem, e da Lei 13.140, de 26 de junho de 2015, denominada Lei de Mediação.

Realmente, com o novo CPC, houve modificações profundas na principiologia do processo civil brasileiro, correspondendo ao primeiro código de processo civil brasileiro

⁴ Mauro Cappelletti, *Problemas de reforma do processo civil nas sociedades contemporâneas*, p. 133.

⁵ “A despeito da falta do desenvolvimento mais profundo de uma cultura de paz, a promoção do uso de mecanismos consensuais vem se intensificando. O constante fomento à conciliação insere-se no contexto de contenção de demandas ante a crise sofrida pelo assoberbado Poder Judiciário” (Fernanda Tartuce, *Conciliação em juízo: o que (não) é conciliar*, p. 174).

⁶ A expressão ADR adveio do sistema norte-americano: *Alternative Dispute Resolution*, de modo que poderíamos nos valer da expressão literal “Resolução Alternativa de Disputas” (RAD). Mas, no Brasil, as expressões Métodos Alternativos de Solução de Conflitos (MASCs) e Métodos Extrajudiciais de Resolução de Conflitos ou Controvérsias (MESCs) têm sido as mais utilizadas, muito embora – pensando além da questão de nomenclatura e partindo-se da ideia de sistema multiportas, pelo qual não se buscam meios “alternativos”, mas sim os mais “adequados” –, diversos estudiosos venham defendendo a utilização da expressão “Métodos Adequados de Solução de Conflitos” como sendo a mais precisa. Isso porque a mediação, conciliação e arbitragem não seriam propriamente “alternativas” ao sistema jurisdicional, mas as vias mais “adequadas” para solução de um determinado tipo de conflito. Contudo, por se tratar de expressão tradicional e que fora empregada na gênese dos trabalhos a respeito desse assunto que emergiram nas décadas 70 e 80 nos Estados Unidos, bem como considerando que no direito processual brasileiro vem preponderando, como motivação legislativa para regulamentação dessas técnicas, a necessidade de descongestionamento do Poder Judiciário, preferimos adotar a expressão “Meios Alternativos” no título do presente estudo.

editado durante um período democrático⁷. Neste contexto, já no art. 1º positivou-se o processo civil constitucional⁸: “o processo civil será ordenado, disciplinado e interpretado conforme os valores e as normas fundamentais estabelecidas na Constituição da República Federativa do Brasil”. Além disso, como se verifica dos nove artigos seguintes, o legislador pretendeu fortalecer o contraditório, a transparência e a necessidade de fundamentação, inclusive mediante disposições claras no sentido de se ampliar o debate e a participação das partes.

Dentre os reflexos desses princípios no próprio Código, foi conferida maior liberdade às partes, em relação às legislações anteriores. Houve nítida tendência de ampliação dos limites da autonomia privada na regulamentação do processo civil, notadamente por meio da ampliação de possibilidades dos acordos judiciais (arts. 190 e 515, §2º) e do tratamento dado aos métodos consensuais de solução de conflitos (conciliação, mediação e arbitragem), havendo expressa orientação no sentido de que “deverão ser estimulados por juízes, advogados, defensores públicos e membros do Ministério Público, inclusive no curso do processo judicial”. Além disso, permite-se a homologação judicial de acordos extrajudiciais de qualquer natureza (arts. 515, inciso III, e 725, inciso VIII).

Diante da natureza do direito processual civil, ramo do direito público, a autonomia privada, também denominada por parte da doutrina processual de *autorregramento da vontade* no processo⁹, não tem a mesma amplitude que no direito civil. Naturalmente, a negociação processual possui maiores limites, sendo seu objeto mais restrito. Porém, ainda assim, é certo que corresponde a um dos princípios estruturantes do direito processual brasileiro, sendo um elemento intensificador do caráter democrático do processo civil regido pelo CPC de 2015. Neste contexto, bastante correta a afirmação de que “o modelo cooperativo de processo caracteriza-se exatamente por articular os papéis processuais das partes e do juiz,

⁷ Os códigos de processo civil anteriores, com vigência sobre todo território nacional, de 1973 e 1939, foram editados em períodos de autoritarismo. Dentre outros reflexos, nítido o intuito de valorização da manifestação de vontade dos cidadãos e consequente redução do intervencionismo estatal sobre as relações privadas.

⁸ “O novo Código, logo em sua primeira disposição, deixa claro a adoção da teoria do direito processual constitucional. Assim, longe de parecer simplesmente um enunciado, o dispositivo possui importante aplicação prática: vale de garantia eficaz contra qualquer dispositivo que contrarie a Constituição, bem como é fator de interpretação para aplicação dos dispositivos processuais. Aqui, a lei processual e a própria atividade jurisdicional em si submetem-se às normas e aos valores constitucionais, os quais lhes servem de fonte e legitimam o seu exercício, ao tempo em que impedem o autoritarismo e o abuso” (Paulo Cezar Pinheiro Carneiro, in: Wambier, Teresa Arruda Alvim, et. al., *Breves comentários ao novo Código de Processo Civil*, p. 70).

⁹ Fredie Didier Jr., *Curso*, v. 1, p. 132.

com o propósito de harmonizar a eterna tensão entre a liberdade individual e o exercício do poder pelo Estado”¹⁰.

Também se pretendeu incluir no CPC alguma regulamentação a respeito dos métodos alternativos de solução de conflitos, especialmente da conciliação e mediação, que tiveram amplo tratamento normativo com a expressa inclusão dos conciliadores e mediadores enquanto *auxiliares da justiça* (arts. 165 a 175). No tocante à arbitragem, foi mencionada no art. 3º do CPC de 2015, cujo §1º permite tal método heterocompositivo de solução de conflitos, e delega à legislação esparsa sua regulamentação.

Neste aspecto, o CPC-73 apenas trazia disposições singelas sobre a conciliação, sem apresentar algum conceito ou mesmo delimitar seu objeto. Durante a vigência do Código anterior, havia ainda algumas disposições a respeito de tais institutos na Lei 9.099/95 (Lei dos Juizados Especiais) e na Lei 6.515/77 (Lei do Divórcio), mas sem que pudessem constituir um sistema legal acerca da conciliação e/ou mediação, dada a existência de múltiplas questões não tratadas por quaisquer dos citados estatutos legais.

Tanto assim que, mais recentemente, com a piora da crise por que passa o Judiciário brasileiro, foi editada, pelo Conselho Nacional de Justiça, a Resolução 125, de 29 de novembro de 2010. Em síntese, a Resolução 125 pretendeu instituir a “Política Judiciária Nacional de tratamento adequado dos conflitos de interesses no âmbito do Poder Judiciário”, de modo que seu art. 1º já prescrevia que “aos órgãos judiciários incumbe oferecer mecanismos de soluções de controvérsias, em especial os chamados meios consensuais, como a mediação e a conciliação bem assim prestar atendimento e orientação ao cidadão”¹¹.

Após a publicação do novo CPC, mas durante sua *vacatio legis*, foi editada a Lei 13.140/2015 (Lei da Mediação), em 26 de junho de 2015. O referido estatuto trouxe disciplina detalhada acerca da mediação, incluindo aspectos relacionados à formação de mediadores, definição da atividade do mediador e o procedimento de cada uma das modalidades ali tratadas. Por isso, em que pese haver alguns conflitos normativos entre a Lei da Mediação e o novo CPC,

¹⁰ Fredie Didier Jr., Op. Cit., p. 133.

¹¹ Em 8 de março de 2016, já próximo da data de entrada em vigor do novo Código, o texto foi alterado: “Aos órgãos judiciários incumbe, nos termos do art. 334 do Novo Código de Processo Civil combinado com o art. 27 da Lei de Mediação, antes da solução adjudicada mediante sentença, oferecer outros mecanismos de soluções de controvérsias, em especial os chamados meios consensuais, como a mediação e a conciliação, bem assim prestar atendimento e orientação ao cidadão”.

“pode-se falar hoje de um minissistema brasileiro de métodos consensuais de solução judicial de conflitos, formados pela Resolução 125 do CNJ, pelo CPC e pela Lei de Mediação”¹².

Por outro lado, assim como o código anterior – que por razões históricas estava voltado unicamente aos litígios individuais (as ações coletivas somente se desenvolveriam no direito brasileiro a partir dos anos 80) –, o CPC-2015 também não buscou regulamentar o processo coletivo, havendo apenas pontuais menções a alguns institutos voltados à tutela coletiva. Cuida-se, uma vez mais, de um código voltado aos litígios individuais e omissos quanto à importância do processo civil coletivo, inclusive como forma de ampliação do acesso à Justiça, evitando-se repetitivas ações individuais.

No entanto, também o processo coletivo brasileiro passa por crises relacionadas à morosidade e ineficiência do Poder Judiciário.

A estrutura do Poder Judiciário brasileiro é imensa, bastante ramificada e presente em todas as regiões do país. Segundo o relatório da Justiça em Números publicado em 2016 pelo Conselho Nacional de Justiça, no ano-base de 2015, as despesas totais do Poder Judiciário somaram R\$ 79,2 bilhões, o que representou um crescimento de 4,7% em relação ao ano anterior e equivaleu a 1,3% do Produto Interno Bruto (PIB) nacional, ou a 2,6% dos gastos totais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios. O custo pelo serviço de Justiça, em valores nominais, foi de R\$ 387,56 por habitante.

Contudo, a quantidade de processos é ainda mais expressiva, em termos relativos. No ano de 2015, tramitaram 102 milhões de processos pelas diversas instâncias dos tribunais brasileiros¹³, finalizando-se aquele ano com 74 milhões em tramitação, o que representou 1,9 milhões (ou 3%) a mais do estoque verificado no ano anterior. Verifica-se, assim, que o Poder Judiciário brasileiro, apesar do gigantismo de seu orçamento e estrutura (eram mais de 17.000 magistrados e 451.000 servidores ao todo), não consegue efetivamente dar vazão à estrondosa cifra de processos que anualmente tramitam pelas diversas cortes e instâncias do país. Ao todo, verifica-se que no ano de 2015 tramitou o equivalente a 1 processo a cada 2 habitantes, sendo que, ao final do ano, ainda continuavam em tramitação quantidade equivalente a 1 processo a cada 2,7 habitantes.

¹² Ada Pellegrini Grinover, *Os métodos consensuais de solução de conflitos no novo CPC*, pp. 1-2.

¹³ Esse número representa o montante de casos que o Judiciário precisou lidar durante o ano, entre os já resolvidos e os não resolvidos.

No relatório Justiça em Números divulgado em 2016 (e relativo ao ano-base de 2015), o Conselho Nacional de Justiça pela primeira vez conseguiu apurar o tempo médio de tramitação de processos, sendo que, como era de se esperar, tais dados indicaram que a Justiça brasileira de fato é muito morosa: na Justiça Estadual, um processo demora aproximadamente um ano e nove meses para ser sentenciado em primeira instância na fase de conhecimento, ao passo que que a média nacional é de um ano e meio. No entanto, se considerados os processos não sentenciados, isto é, ainda pendentes de julgamento em 31 de dezembro de 2015, o tempo médio de sua tramitação era superior a três anos e dois meses, na Justiça Estadual, e de dois anos e dez meses, em todo Judiciário nacional. Mas além do tempo eventualmente dispendido nas instâncias recursais, gasta-se, ainda, entre o início da execução e eventual sentença nessa fase processual, adicionais quatro anos e quatro meses. Mais ainda: o acervo de execuções em 31 dezembro de 2015, isto é, aquelas execuções que até o final do ano não tinham sido sentenciadas e nem baixadas, apontavam processos pendentes, em média, há oito anos e onze meses (somente nessa fase).

Em relação às ações coletivas, o panorama não é diferente. Durante o final do ano de 2006, foi realizada interessante pesquisa estatística sobre as ações coletivas ajuizadas perante a Subseção Judiciária de São Paulo. Em resumo, foi constatada a propositura de 1.080 ações coletivas, das quais 837 encontravam-se em andamento, 193 arquivadas, 30 haviam sido enviadas a outras Subseções Judiciárias da Justiça Federal e 20 enviadas a outras estruturas do Poder Judiciário brasileiro. Dentre as ações que estavam em trâmite, 608 eram civis públicas, 176 populares, 5 de outros ritos e 48 cautelares. Para a pesquisa, foram analisados dados procedimentais de cada uma das ações localizadas, mediante preenchimento de formulários para posterior compilação de informações¹⁴.

Do universo de 836 processos de conhecimento verificados, 228 já estavam em andamento na segunda instância (recurso de apelação), indicando-se que tempo médio decorrido entre a propositura das 228 ações e a remessa ao Tribunal foi de 1.458,29 dias (isto é, aproximadamente quatro anos). O tempo médio de citação anotado foi de 235,11 dias (ou quase oito meses). Em média, apurou-se que, nos casos em que houve instrução, foram necessários 1.313,58 dias entre a decisão saneadora e a sentença (aproximadamente 3,6 anos). Ademais, somente entre a data de prolação das sentenças e sua remessa ao Tribunal Regional

¹⁴ Os dados e conclusões das pesquisas encontram-se publicados no artigo *Ações coletivas: análise prática*, de autoria de Ana Cristina Bandeira Lins.

Federal, foram necessários adicionais 292,88 dias (pouco menos de dez meses). Em segunda instância, o tempo médio decorrido, quando analisados os recursos até então julgados, foi de 1.428,83 dias (aproximadamente 3,9 anos).

Mas a baixa efetividade das ações coletivas na Justiça Federal de São Paulo ficou ainda mais evidenciada quando do estudo sobre as execuções em curso. Para a pesquisa, não foi localizada nenhuma ação de execução de título executivo extrajudicial. E em fase de execução de sentença definitiva, o número foi de apenas sete ações, ou seja, menos de 1% do total de ações propostas. Sendo que, nesses sete procedimentos, o prazo médio entre a propositura da ação de conhecimento e o início da execução foi de 3.081,5 dias, ou 8,44 anos.

Além disso, nota-se a existência de graves óbices estruturais relacionados à justiciabilidade dos direitos humanos de segunda geração, denominados *direitos sociais* e que tiveram grande desenvolvimento a partir da revolução industrial, com o surgimento das *sociedades de massa* e em decorrência da urbanização.

Primeiramente, há dúvidas sobre até que ponto seria possível ao Poder Judiciário conceder tutela jurisdicional para obrigar que o Poder Executivo ou o Poder Legislativo realizem determinadas prestações positivas, isto é, se estaria o Poder Judiciário autorizado a imiscuir-se no terreno da política e, substituindo o legislador ou o administrador, efetivamente determinar diretrizes para a realização concreta de determinada política pública.

Neste sentido, no dia 3 de maio de 2017, a 12ª Câmara da Seção de Direito Público desse mesmo Tribunal deu provimento ao agravo de instrumento nº 2179759-31.2016.8.26.0000, interposto pela Fazenda Pública do Estado de São Paulo, reformando anterior decisão de primeiro grau que havia determinado a contratação de policiais civis diante da omissão do governo do Estado na reposição daqueles afastados por razões diversas. Segundo constou no acórdão, “não cabe ao Poder Judiciário impor a prática de políticas públicas ao Executivo, que detém a competência para estabelecer diretrizes, conforme oportunidade e conveniência”.

A isso, soma-se o fato de que o direito processual foi historicamente pensado para resolução de lides individuais, sendo a judicialização de direitos e interesses coletivos um fenômeno relativamente recente. Com efeito, basta lembrar que o código de processo civil brasileiro havia sido editado em 1973, mas a legislação coletiva remontava, principalmente, aos

anos de 1985 e 1990, com a Lei da Ação Civil Pública e o Código de Defesa do Consumidor. Sendo que mesmo o novo CPC, aprovado em 2015, deixou de tratar de procedimentos afeitos ao processo coletivo, tendo trazido apenas algumas poucas referências a um ou outro instituto da tutela processual coletiva¹⁵.

Verifica-se, deste modo, que o Poder Judiciário nem sempre será a esfera adequada para discussão ampla de políticas públicas, como o direito à moradia, saúde, educação ou mesmo segurança pública, como um todo. Isso porque as políticas públicas correspondem a um conjunto heterogêneo de medidas e planejamentos, envolvendo a elaboração de leis programáticas, leis orçamentárias, além da execução de receitas públicas. Difícil incumbir ao Poder Judiciário a substituição do legislador na elaboração dos planos diretores das cidades, zoneamentos, reorganização de institutos jurídicos e elaboração de políticas assistências voltadas à moradia. Evidente que conseguirá pressionar os Poderes Legislativo e Executivo na elaboração e execução de políticas públicas, mas se mantida a inércia e omissão destes últimos, dificilmente poderá substituí-los integralmente.

Não por outra razão, diversos estudos vêm concluindo que a justiciabilidade dos direitos sociais acaba, paradoxalmente, levando a uma situação de grave desigualdade, determinando que o poder público desloque recursos de políticas universais para satisfação de alguns poucos interesses individuais. Trata-se daquilo que se denomina “crítica da capacidade institucional” do Poder Judiciário para dar respostas satisfatórias aos conflitos distributivos, notadamente quando há determinações de obrigações de fazer à administração pública¹⁶.

Na América Latina, importante obra sobre o assunto é aquela editada por Abramovich e Courtis¹⁷, os quais, embora favoráveis à justiciabilidade dos direitos sociais, lembram que a realização e proteção de direitos sempre custam dinheiro, tanto os direitos civis e políticos quanto os direitos sociais. É certo que algumas realizações são menos onerosas que

¹⁵ Hugo Nigro Mazzilli lamenta essa opção do legislador. Segundo entende, “o Código de Processo Civil de 2015, embora sem disciplinar o processo coletivo, preocupou-se com a lide coletiva”. No entanto, ao deixar de tratar profundamente sobre questões do processo coletivo, “perdeu a oportunidade de ser uma lei atual, que disciplinasse de forma orgânica tanto o processo individual como o coletivo. Perdeu até mesmo ocasião de corrigir os principais defeitos vigentes, já testados e reconhecidos, em matéria de tutela coletiva. (...) Nasceu obsoleto, (...) fadado a remendos e a ser refeito em breve” (*A defesa dos interesses difusos em juízo*, 29. ed., pp. 164-165).

¹⁶ “O juiz brasileiro não tem ferramentas nem flexibilidade para emitir uma decisão nos moldes das *injunctions*, que possibilitam aos juizes americanos negociarem com as partes como será implementada a decisão. Dessa forma, ainda que o magistrado reconheça que o direito está sendo violado, ele não consegue operar de forma adequada nesses pedidos e acaba decidindo o conflito com base no ‘tudo ou nada’. (...) ou concede o pedido e intervém na política do Estado; ou afasta-o sustentando que não cabem intervenções na discricionariedade dos Poderes Públicos” (Carolina Martins Marinho, *Justiciabilidade dos direitos sociais*, pp. 36 e 106-107).

¹⁷ *Los derechos sociales como derechos exigibles*, p. 23.

outras, como costumam ser aquelas relacionadas com deveres negativos do Estado. Mas todo e qualquer atendimento a direitos demanda provisões orçamentárias, por menor que seja ou por mais implementada que já tenho sido.

Em suma, as ações coletivas acabam por enfrentar diversos óbices no sistema processual brasileiro, relacionados não apenas ao excesso de processos judiciais em curso no país, o que gera congestionamento e lentidão, mas também à falta de estrutura técnica do Poder Judiciário, insuficiências procedimentais e, principalmente, complexidades afeitas ao próprio direito material coletivo debatido em juízo.

Diante da crise e dos óbices acima mencionados, propõe-se o aprimoramento e adequação do Ministério Público enquanto agente resolutivo dos conflitos coletivos, tendo em vista seu atual protagonismo na tutela dos interesses transindividuais e que a evolução da instituição nas últimas décadas caminha para esse sentido, tanto que atualmente dispõe de diversos instrumentos democraticamente legítimos para a concretização de soluções consensuais no plano extrajudicial.

Em 2012, sensível à necessidade de se intensificar a utilização de meios alternativos de solução de conflitos na tutela dos interesses e direitos transindividuais, o Conselho Nacional do Ministério Público firmou o acordo de cooperação técnica 14/2012 junto ao Ministério da Justiça, tendo como objeto “a conjunção de esforços dos partícipes no sentido de desenvolvimento de uma política de democratização do acesso à justiça por meio da realização de cursos de Aperfeiçoamento em Técnicas de Mediação e Composição de Conflitos e de Direitos Humanos”. Dentre as metas traçadas na Cláusula Segundo do acordo, está a “realização de atividades que possibilitem a construção de uma nova cultura à pacificação dos conflitos já judicializados ou não”.

E, na sequência, apontando como justificativas “a importância da prevenção e da redução da litigiosidade e que as controvérsias e os conflitos envolvendo o Poder Público e os particulares, ou entre estes, notadamente aquelas de natureza coletiva, podem ser resolvidas de forma célere, justa, efetiva e implementável”, o Conselho Nacional do Ministério Público editou a Resolução 118, de 1º de dezembro de 2014, dispondo sobre a política nacional de incentivo à autocomposição no âmbito do Ministério Público. Na Resolução 118, houve referência às seguintes práticas autocompositivas no âmbito do Ministério Público: a) negociação; b) mediação; c) conciliação; d) práticas restaurativas; e e) convenções processuais.

Em continuidade a essas tendências, podendo-se afirmar que atualmente existe uma verdadeira Política do Estado brasileiro voltada a praticas restaurativas e autocomposição, no dia 8 de setembro de 2017 foram publicadas, no diário eletrônico do CNMP, as Resoluções 179, de 26 de julho de 2017, e 181, de 7 de agosto de 2017.

A Resolução 179 tratou do procedimento de tomada do compromisso de ajustamento de conduta, prevendo, em linhas gerais, diretrizes a respeito do seu conteúdo. Dentre os fundamentos da Resolução, constou a sua acentuada utilidade como instrumento de redução da litigiosidade, “visto que evita a judicialização por meio da autocomposição dos conflitos e controvérsias envolvendo os direitos de cuja defesa é incumbido o Ministério Público e, por consequência, contribui decisivamente para o acesso à justiça em sua visão contemporânea”. Além disso, foi ressaltada a “conveniência institucional de estimular a atuação resolutiva e proativa dos membros do Ministério Público para promoção da justiça e redução da litigiosidade”.

Já a Resolução 181 tratou da nova regulamentação do procedimento investigatório criminal (“PIC”) no âmbito do Ministério Público, substituindo e revogando a anterior Resolução 13, de 2 de outubro de 2006. De início, salta aos olhos a mudança do contexto doutrinário e jurisprudencial estampada nas considerações de cada uma delas, o que muito bem reflete as mudanças no contexto histórico do direito processual brasileiro que separam essas duas Resoluções, no curto, mas crucial, período compreendido entre os anos de 2006 e 2017. Como já adiantado nesta introdução, esse novo contexto permeará todo o trabalho que segue, e envolve justamente a adoção de novas técnicas e institutos processuais, agora efetivamente voltados à resolução autocompositiva dos conflitos, sejam de ordem privada ou pública; ou, melhor dizendo, sejam de ordem individual ou coletiva¹⁸.

Diante de tal ordem de considerações, a Resolução 181/2017 trouxe diretrizes não apenas sobre o procedimento das investigações, em seu aspecto burocrático, mas também expressamente previu a atuação dos promotores de Justiça com relação às vítimas, devendo esclarecê-las sobre seus direitos materiais e processuais e velar pela sua segurança, e ineditamente regulamentou o *plea bargain* no direito brasileiro, no que ficou denominado de

¹⁸ O promotor de Justiça mineiro Gregório Assagra de Almeida muito bem defendeu a tese de que a Constituição de 1988 adotou distinta dicotomia que não a tradicional *summa divisio* direito privado e direito público. Conforme propõe, a Constituição na realidade se baseia em uma nova *summa divisio* entre categorias que podem ser denominadas de direitos individuais e direitos coletivos (*Direito material coletivo. Superação da summa divisio Direito Público e Direito Privado por uma nova summa divisio constitucionalizada*).

“acordo de não-persecução penal”. Pretendeu-se, evidentemente, inserir-se técnicas de resolução autocompositiva dos conflitos também em sede criminal, como alternativa ao custoso e ineficiente processo penal judicial.

Tem havido, como se nota, enorme evolução na atuação do Ministério Público, atendendo-se aos ditames na nova ordem constituição. Porém, apesar do quadro normativo acima descrito, ainda há grande enfoque nas soluções judiciais por parte dos órgãos de execução do *Parquet* brasileiro.

No ano de 2015, em todo Brasil, foram instaurados 260.413 inquéritos civis e procedimentos preparatórios (afeitos, portanto, somente a tutela de direitos transindividuais, desconsiderando a atuação ministerial no âmbito criminal e individual) e finalizados 233.682, ou seja, 89,7%. A partir desses procedimentos, houve 93.386 arquivamentos e 45.754 petições iniciais, mas somente 9.756 recomendações e 18.482 termos de ajustamento de conduta¹⁹. Em relação à tutela de direitos individuais indisponíveis, foram instaurados outros 229.740 procedimentos administrativos, culminando com 169.752 arquivamentos, 32.417 petições iniciais, 4.171 recomendações e 2.423 termos de ajustamento de conduta²⁰.

O resultado, portanto, foi de aproximadamente 500 mil procedimentos instaurados, cujos resultados ainda equivalem a um índice de judicialização superior ao de resoluções consensuadas refletidas em recomendações e termos de ajustamento de conduta. Neste contexto, vislumbra-se que uma determinada controvérsia que poderia ter sido solucionada ao final do inquérito civil, por meio da tomada de compromisso de ajustamento de conduta, por exemplo, ficará arrastada ao longo do tempo, sendo que, após a solução adjudicada, ainda haverá alta probabilidade de permanente insatisfação dos envolvidos.

Em relação ao Ministério Público, tais procedimentos culminam com nítido prejuízo da boa atuação funcional e do atendimento às demais questões sociais sob tutela da instituição. Não raro, vislumbram-se promotorias de Justiça assoberbadas de procedimentos, os quais levam anos, às vezes décadas, para serem concluídos. Trata-se, no Estado de São Paulo,

¹⁹ *Ministério Público: um retrato*, publicado em 2016 pelo Conselho Nacional do Ministério Público, p. 46.

²⁰ *Ibidem*, p. 50.

de circunstância comum de ser observada, também em razão do reduzido número de promotores de Justiça e servidores no Estado²¹.

Assim sendo, faz-se necessária uma releitura do modo de atuação do Ministério Público, a fim de que os (escassos) recursos públicos destinados à instituição sejam despendidos com maior eficiência em favor da população. As técnicas extrajudiciais de resolução de conflitos coletivos, neste aspecto, mostram-se um importante instrumento de efetivação dos direitos e interesses coletivos.

Se até a década de 70 a instituição estava completamente voltada à tutela da legalidade do Poder Público, o Ministério Público a partir da Constituição de 1988 deve preocupar-se com os objetivos da República e a tutela de direitos fundamentais, caracterizando-se, para tanto, como uma instituição autônoma e independente, essencial à função jurisdicional. Mais do que em qualquer outro momento histórico de nosso país, o modelo de “Ministério Público demandista” deve ser substituído pelo “Ministério Público resolutivo”, no que se refere às três grandes áreas de atuação do *Parquet*: cível, criminal e interesses difusos.

O foco do trabalho ora apresentado guarda relação com esta terceira área de atuação, com pesquisa direcionada à obtenção de propostas de alterações hermenêuticas e legislativas, sempre tendo como foco a ampliação das soluções coexistenciais no âmbito do processo coletivo brasileiro e a premissa de que o Ministério Público deve, cada vez mais, incorporar em seu perfil o papel de “represente adequado” das questões transindividuais.

Assim, será defendida a tese de que, enquanto órgão representativo da sociedade brasileira e também encarregado de promover os objetivos da República contidos no art. 3º da Constituição, cabe ao Ministério Público²², diante de todo o quadro normativo atual, buscar identificar quais as técnicas mais adequadas à tutela dos direitos coletivos, conforme as

²¹. Em 2015, havia 10.874 membros e 23.033 servidores atuando em todos os Ministérios Públicos do Brasil, indicando 5,7 membros a cada 100 mil habitantes. Entretanto, a disparidade regional era gritante: no Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, a proporção era de 14,82 membros da instituição a cada 100 mil habitantes, encabeçando o *ranking* nacional nesse aspecto, enquanto, no Estado de São Paulo, a mesma população tem a sua disposição somente 4,74 membros, abaixo da média nacional e colocando o *Parquet* estadual na quinta pior proporção do país (Ibdem, pp. 31-36).

²² Embora também aplicáveis a todos os ramos do Ministério Público, necessário pontuar que as questões tratadas no presente estudo estão focadas na atuação dos Ministérios Públicos Estaduais, Ministério Público do Distrito Federal e Territórios e do Ministério Público Federal (que preponderantemente atuam sobre a denominada Justiça Comum Estadual ou Federal), não se buscando enfrentar eventuais temas decorrentes das especificidades da atuação do Ministério Público do Trabalho, Ministério Público Eleitoral e Ministério Público Militar (com atuação sobre os respectivos ramos da Justiça Especial).

especificidades de cada situação, sejam técnicas extrajudiciais ou judiciais, a depender sempre do caso concreto.

Para tanto, de modo a se permitir a maior eficiência por meio de técnicas extrajudiciais, faz-se necessária a revisitação de questões como a indisponibilidade dos interesses transindividuais e a consequente possibilidade de transação quanto a esses interesses. Não é mais possível simplesmente se obstar todo e qualquer tipo de acordo nos procedimentos envolvendo interesses e direitos coletivos, pois não raro tal solução se mostrará mais eficiente do que o encaminhamento às vias judiciais. Além disso, a prática vem demonstrando que algumas técnicas surgiram ou bastante se desenvolveram a partir da tutela coletiva (e.g., inquérito civil, audiência pública, compromisso de ajustamento de conduta, dentre outras).

2. Organização e desenvolvimento

O trabalho foi subdividido em três capítulos, a partir das ideias já apresentadas nesta introdução.

No primeiro capítulo, buscou-se verificar quais as principais teorias relacionadas à possibilidade e aos limites dos acordos envolvendo direitos e interesses coletivos. A partir das tradicionais noções da indisponibilidade do interesse público, afirmava-se ser vedada qualquer espécie de negociação a respeito dos direitos difusos e coletivos, os quais deteriam ao menos parcela do interesse público. Todavia, diante das recentes modificações legislativas voltadas à autocomposição no âmbito do direito criminal, administrativo e das práticas de *compliance*, necessária uma nova leitura a respeito do tema, justificando as transações que, na prática, já estão ocorrendo em todo Brasil.

O segundo capítulo, por sua vez, contém os fundamentos pelos quais reputamos recair sobre o Ministério Público a legitimidade e representatividade adequada para tratar a respeito dos interesses e direitos coletivos de modo eficiente, inclusive negociando sobre sua concreta interpretação, quando assim for necessário, de modo razoável e proporcional. No contexto social, político e jurídico brasileiro, a legitimidade de suas decisões (necessariamente motivadas e sujeitas a reexame necessário) e a publicidade dos procedimentos e atos administrativos afeitos à instituição indicam que ao Ministério Público é permitida a celebração de acordos no âmbito da tutela de interesses e direitos coletivos, de modo a implicar, inclusive, concessões recíprocas (transação), sempre que esse caminho se mostrar o mais adequado à

tutela do direito coletivo no caso concreto. Além disso, foram abordados temas envolvendo os principais instrumentos de concretização das soluções consensuadas mediante intermediação do Ministério Público (o compromisso de ajustamento de conduta, a recomendação administrativa e as audiências públicas).

O terceiro capítulo apresenta as linhas gerais a respeito dos meios alternativos de solução de conflitos mais conhecidos (mediação, conciliação e arbitragem), para, em conjunto com a negociação, serem analisados à luz da tutela coletiva. Quer dizer, intenta-se, após definidas as balizas para possíveis transações e a legitimidade para sua tomada, verificar como tais métodos de solução de conflitos poderiam ser empregados no âmbito da proteção dos direitos transindividuais. Apesar do amplo potencial de cada um dos métodos alternativos de solução de controvérsias citados, o Ministério Público brasileiro ainda não dispõe de real interesse e nem capacitação suficiente voltados a sua utilização.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

1. No primeiro capítulo, foi apresentado um modelo de sistematização sobre a indisponibilidade no direito brasileiro. A noção geral é de que os direitos indisponíveis são aqueles cujo nascimento ou extinção independem, totalmente, da vontade de seus respectivos titulares, sendo que a indisponibilidade pode emanar da natureza do bem jurídico envolvido, da vontade do legislador ou mesmo da vontade do seu titular, em determinados casos.

É preciso, todavia, distinguir a indisponibilidade objetiva, que se refere ao conteúdo do próprio direito em questão, da indisponibilidade subjetiva, situação em que as restrições ao poder de disposição decorrem de determinadas características pessoais do titular do direito. A partir de critérios semelhantes, JJ. Calmon de Passos classificava a indisponibilidade em duas espécies: absoluta e relativa, apontando que a indisponibilidade relativa pode decorrer da lei ou das partes, quando convencionam limitar o poder de disposição do titular sobre determinado direito.

Outra distinção se refere à indisponibilidade processual, que não se confunde com a indisponibilidade do direito material. Em razão da indisponibilidade processual, o legislador pode promover a proteção de certos interesses mediante a obrigatoriedade de que sua disposição ou a solução de controvérsias a seu respeito necessariamente contem com prévia submissão à via judicial (cláusula de reserva de jurisdição estatal).

2. Os interesses e direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos tradicionalmente foram entendidos como indisponíveis, visto que teriam fundamento no interesse público, este por sua vez também indisponível em decorrência do princípio da supremacia do interesse público. Argumentava-se, ainda, que, como a legitimidade coletiva decorreria de substituição processual, os legitimados, não sendo os titulares dos interesses no seu aspecto material, não poderiam transacionar a seu respeito.

3. No entanto, ainda que guardem alguma relação as noções de interesse público e interesses transindividuais não são sinônimas.

Conforme foi defendido, diferenciam-se por uma escala decrescente de difusão e fluidez, a ponto de que o interesse público primário ou interesse geral não é passível de fruição direta pelos membros da sociedade. Distintamente, os interesses difusos e coletivos permitem

a fruição direta, ainda que com grande dispersão entre os membros do grupo. Já os interesses individuais homogêneos, são verdadeiramente individuais, embora tratados coletivamente para fins de sua efetividade.

Ademais, a tradicional visão da supremacia do interesse público não se coaduna com a Constituição de 1988 e com o Estado Democrático de Direito por ela instituído. Atualmente, o Estado deve ser visto como intermediário e instrumento de concretização dos vários interesses públicos inseridos na Carta Constitucional, os quais, entretanto, devem ser ponderados quando em conflito com interesses individuais igualmente garantidos pela Constituição. Não se pode, *a priori*, definir que determinados interesses terão supremacia sobre outros, quando ambos igualmente decorram de princípios e garantias constitucionais. Assim, deparando-se com eventual colidência entre um interesse de ordem difusa e um interesse individual, caberá ao intérprete (aqui incluído o agente público) identificar os princípios incidentes no caso concreto e sopesá-los, ao final alcançando solução proporcional e adequada ao caso concreto.

Nesse contexto, o próprio legislador constantemente vem flexibilizando a ideia de indisponibilidade do interesse público e, principalmente na última década, diversas hipóteses de transação e autocomposição passaram a ser regulamentadas no âmbito do direito penal e administrativo, admitindo-se até mesmo a arbitragem e mediação envolvendo os conflitos com a Administração Pública. Outros importantes exemplos referem-se à transação, suspensão condicional do processo, colaboração premiada e acordos de não-persecução, na esfera criminal; sendo que a Lei Anticorrupção também previu a possibilidade de autocomposição e transação sobre penalidades por meio dos acordos de leniência.

No entanto, isso não quer dizer que os interesses transindividuais sejam sempre disponíveis. Ao contrário, notadamente os direitos difusos tendem a ser entendidos como indisponíveis na medida em que normalmente decorrente de cláusulas pétreas ou dos objetivos fundamentais da República.

4. Mas além de verificar se o interesse é indisponível no caso concreto, é certo que no mínimo alguns aspectos a ele relacionados poderão ser objeto de relativa disposição, envolvendo, por exemplo, a delimitação de obrigações, prazo e modo de seu cumprimento, identificação daqueles que estão sujeitos à observância do interesse

transindividual, extensão de eventual dano ocorrido ou mesmo o montante a ser objeto de ressarcimento.

5. Também não nos convence o segundo argumento a favor da indisponibilidade subjetiva dos interesses transindividuais como circunstância *a priori*, pois, como visto, a indisponibilidade subjetiva depende unicamente das condições legais existentes. Com efeito, segundo as premissas tratadas no trabalho, com relação aos interesses difusos e coletivos em sentido estrito, não há propriamente substituição processual, pois nem sempre será possível definir, com exatidão, quais são os titulares do interesse identificado. Assim, diante da indivisibilidade dessas duas espécies de interesses, um indivíduo, sozinho, também não poderia deles dispor, pois somente pode cuidar daqueles seus próprios interesses, ainda que oriundos de um interesse difuso ou coletivo. Portanto, o que se depreende é que há, na realidade, uma legitimidade autônoma ou própria para a tutela dos interesses difusos ou coletivos, autorizada por Lei.

Assim, no que tange à possibilidade de transação envolvendo os interesses difusos e coletivos, uma vez identificado o interesse, eventual acordo a seu respeito dependerá: (i) primeiramente, da verificação, no seu aspecto objetivo, se há possibilidade de disposição e quais os seus limites; e (ii) em segundo momento, de se aferir se há autorização legislativa para a autocomposição envolvendo aquele interesse transindividual e que legitime eventual avença a seu respeito. Se não houver legitimação, aí sim estaremos diante de hipótese de indisponibilidade subjetiva. Como regra geral, o colegitimado não pode de fato dispor do direito material alheio por ele tutelado. No entanto, não há óbices lógicos, constitucionais ou legais para que o legislador assim permita.

6. É possível, portanto, que haja transação no âmbito dos direitos transindividuais, sendo inclusive essa a natureza dos compromissos de ajustamento de conduta (art. 5º, §6º, da Lei 7.347/85).

Com efeito apesar do conceito contratual atribuído no vigente Código Civil brasileiro acerca da transação, enquanto instituto de direito privado, possui um espectro mais amplo, de modo que há sistemas jurídicos que a define como meio de extinção de obrigações. Além disso, com fundamento na doutrina francesa e nacional, não se faz necessário, para configuração da transação, que a negociação envolva proporções idênticas e proporcionais. O que se exige é reciprocidade de concessões, o que de fato ocorre com os compromissos de

ajustamento de conduta. São elementos constitutivos da transação: (i) a existência de relações jurídicas controvertidas; (ii) a intenção de extinguir as dúvidas existentes, para prevenir ou encerrar um litígio; (iii) acordo de vontades; e (iv) concessões recíprocas; o que realmente se verifica nos termos de ajustamento de conduta, principalmente no tocante a sua finalidade.

Portanto, no âmbito dos direitos coletivos, também será possível haver transação entre os envolvidos, desde que respeitados os limites da legislação autorizativa de tais ajustes, assim como também é possível a transação envolvendo o interesse público primário ou a aplicação de sanções penais, como previsto em diversos dispositivos do ordenamento jurídico brasileiro atualmente vigente.

7. No direito federal estadunidense, que bastante influenciou a construção do sistema processual coletivo brasileiro, há grande estímulo às soluções consensuais, inclusive nos processos coletivos. No âmbito coletivo, prevê a Regra 23 (e) das *Federal Rules of Civil Procedure* que caberá ao juiz da causa realizar o controle dos acordos firmados. No entanto, antes de sua submissão ao juiz, a proposta de acordo deverá ser submetida aos membros do grupo, permitindo-se que possam influenciar nos seus termos e disposições, sendo que eventuais objeções deverão ser decididas pelo magistrado. Quanto às disposições negociais, permite-se ampla liberdade, podendo ambas as partes inclusive renunciar ou desistir. Contudo, devem demonstrar que as condições do acordo foram celebradas “de forma razoável” e que a proposta é “justa, razoável e adequada”.

Acreditamos que a experiência norte-americana também possa ser utilizada no direito brasileiro, inclusive mediante a inserção de dispositivos expressos na Lei da Ação Civil Pública e nas Resoluções editadas pelo Conselho Nacional do Ministério Público acerca dos parâmetros a serem observados na celebração de acordos e compromissos de ajustamento de conduta.

Mas esses critérios já podem ser utilizados no processo coletivo brasileiro, pois também decorrem da principiologia de nosso sistema. Tanto que, de modo similar, havendo proposta de acordos judiciais versando sobre direitos transindividuais, também o Ministério Público ou outros colegitimados deverão ser chamados a opinar (arts. 5º, §1º, da Lei da ACP, 17, §3º, da Lei 8.429/92 e 6º, §3º, da Lei 4.717/65). Neste passo, havendo eventuais impugnações, caberá ao magistrado verificar se o interesse transindividual identificado está

sendo tutelado de modo “justo, razoável e adequado”, para, na sequência, de forma fundamentada, decidir sobre a homologação da transação a ele submetida.

Esse mesmo exame inclusive já é realizado também, no âmbito administrativo, quando da homologação de compromissos de ajustamento de conduta por parte do Conselho Superior do Ministério Público, cujo procedimento do mesmo modo garante a devida publicidade e intervenção por parte dos legitimados e interessados. Aliás, por tais motivos é que compreendemos haver maior legitimidade nos acordos firmados pelo Ministério Público ou submetidos à instituição para anuência, com relação aos eventuais termos de compromisso de ajustamento de conduta firmados por órgãos públicos desprovidos do inquérito civil como processo administrativo prévio à sua tomada.

8. No atual contexto de estímulo às soluções consensuais, cabe ao Ministério Público brasileiro papel central em relação às controvérsias envolvendo interesses e conflitos transindividuais. A legitimidade do Ministério Público é sempre adequada, na medida em que: (i) provém de instituição vocacionada à tutela do interesse público e provida de estrutura e prerrogativas suficientes para adequada tutela do direito transindividual, de modo isento e imparcial; e (ii) está submetida a duplo controle: um interno, no âmbito do inquérito civil, consistente no *reexame necessário* das promoções de arquivamento e declínios de atribuição pelo Conselho Superior do Ministério Público ou, na esfera federal, pelas Câmaras de Coordenação e Revisão; e um externo, quando a questão houver sido judicializada.

Com efeito, o perfil constitucional da instituição a configura como legítima representante dos interesses da sociedade brasileira, estando incumbida a zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos constitucionalmente assegurados, estando igualmente assegurados na Constituição os instrumentos e prerrogativas necessários para execução dessa missão. Além disso, a partir do modelo previsto para a magistratura, também foram conferidas garantias e princípios voltados à atuação isenta e imparcial do Ministério Público e dos seus membros, que se encontram devidamente amparados contra interferências externas.

No aspecto processual, desde o modelo previsto na Constituição de 1988, agora confirmado pelo CPC de 2015, não cabe mais à instituição atuar à sombra do Poder Judiciário, mediante a exclusiva utilização da via judicial como forma de implementação dos objetivos da República (art. 3º da Constituição). Ao contrário, a instituição deve promover um modelo

resolutivo das grandes questões a ela confiadas, através de uma atuação proativa, dinâmica, intersetorial, planejada, eficiente e, principalmente, extrajudicial. Sobre o tema, foi editada a Recomendação 54, de 28 de março de 2017, pelo CNMP, instituindo a política nacional de fomento à atuação resolutiva do Ministério Público.

Especificamente em relação ao sistema processual coletivo, ao Ministério Público compete papel essencial ao bom funcionamento dos instrumentos de tutela dos interesses e direitos transindividuais. Trata-se da única entidade legitimada que deve obrigatoriamente ser intimada a respeito de qualquer ação coletiva, oportunidade em que, não sendo parte autora, figurará obrigatoriamente como fiscal da ordem jurídica. Além disso, possui atribuições para tutela de quaisquer interesses difusos ou coletivos, além dos individuais indisponíveis, sem que haja necessidade de comprovação de pertinência temática em relação a suas atribuições constitucionais.

9. Foram também analisados os instrumentos à disposição do Ministério Público que conferem ampla legitimidade às soluções tomadas extrajudicialmente pela instituição, na medida em que preservados os princípios da publicidade e contraditório. Exercem funções primordiais, neste contexto, os poderes investigatórios do *Parquet* e a regulamentação legal do inquérito civil e demais procedimentos assemelhados. Tais procedimentos, quando voltados à solução consensual de conflitos coletivos, devem ser considerados verdadeiros processos administrativos, pois garantidores de publicidade, transparência, exercício do contraditório e ampla defesa, duplo grau recursal e reexame necessário.

10. O compromisso de ajustamento de conduta, aqui considerado em sentido amplo e englobando todos os demais instrumentos de autocomposição disponibilizados pela legislação processual ao Ministério Público, deve ser visto igualmente como fruto de um processo administrativo garantidor do contraditório, daí decorrendo sua legitimidade social e capacidade de vinculação dos demais colegitimados e interessados, ressalvada a possibilidade de fundamentada impugnação perante o Poder Judiciário.

11. É possível, no entanto, aprimorar o sistema, especialmente em relação à observância ao princípio da publicidade, tornando cada vez mais adequada a representação da sociedade pelo Ministério Público, através de mecanismos como: (i) disponibilização de sistemas informatizados que permitam a verificação de andamento dos procedimentos pela rede

mundial de computadores; (ii) disponibilização de serviços de cadastro e inscrição de colegitimados e interessados perante as diversas unidades do Ministério Público, a fim de que possam receber de modo atualizado informações sobre inquéritos civis e termos de ajustamento de conduta em andamento com relação às matérias de seus respectivos interesse; e (iii) inclusão de previsão normativa à semelhança dos arts. 17, §3º, da Lei 8.429/92 e 6º, §3º, da Lei 4.717/65, quando preveem a citação das pessoas jurídicas de direito público interessadas nas ações de responsabilidade por atos de improbidade administrativa ou populares.

12. Apesar dos esforços no plano normativo, os métodos alternativos de resolução de conflitos não têm sido utilizados pelo Ministério Público com todo o seu potencial, sendo raras as situações de sua utilização no âmbito da tutela coletiva, à exceção da negociação voltada à autocomposição.

O sistema legal brasileiro, todavia, é compatível com o emprego da mediação, conciliação e arbitragem na solução de conflitos coletivos, a depender das características de cada caso concreto. Nesta medida, e à luz do art. 3º do novo CPC e da política nacional de incentivo à autocomposição no âmbito do Ministério Público (Resolução 118/2014 do CNMP), as unidades do MP de todo Brasil devem regulamentar tais procedimentos no seu plano interno e, com isso, efetivamente promover uma mudança de paradigma na atuação ministerial.

13. Mas para que o Ministério Público possa efetivamente passar a atuar como expressivo agente resolutivo dentre os sistemas de solução de conflitos instituídos no Brasil, voltado a práticas consensuais, inclusive na esfera da tutela de direitos transindividuais, outro importante passo corresponde à formação e à capacitação de seus agentes públicos, para que possam atuar com desenvoltura sobre cada espécie de conflito que possa ser submetido à instituição.

Até o momento, entretanto, a cultura da sentença no Ministério Público ainda não foi substituída pela cultura da mediação e da conciliação, tendo em vista que as diversas unidades ministeriais continuam prestigiando soluções judiciais em suas medições e modelos de atuação, em detrimento das soluções consensuadas.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVICH, Victor; COURTIS, Christian. *Los derechos sociales como derechos exigibles*. Madrid: Ed. Trotta, 2002.

AKAOUI, Fernando Referendo Vital. *Compromisso de ajustamento de conduta ambiental*. 5. ed. São Paulo: RT, 2015.

ALESSI, Renato. *Sistema istituzionale del diritto amministrativo italiano*. 3. ed. Milão: Giuffrè, 1960.

ALEXY, Robert. *Teoria dos direitos fundamentais*. Trad. da 5. ed. alemã. São Paulo: Malheiros, 2008.

ALCALÁ-ZAMORA Y CASTILLO, Niceto. *Proceso, autocomposición y autodefensa contribución al estudio de los fines del proceso*. México: Universidad Nacional Autónoma de México, 1970.

ALMEIDA, Gregório Assagra de. *Direito material coletivo. Superação da summa divisio* Direito Público e Direito Privado por uma nova *summa divisio* constitucionalizada. Belo Horizonte: Del Rey, 2008.

_____. *Direito processual coletivo brasileiro – um novo ramo do direito processual*. São Paulo: Saraiva, 2003.

_____. “Direitos fundamentais e os principais fatores de legitimação social do Ministério Público no neoconstitucionalismo”. In: ALMEIDA, Gregório Assagra de; SOARES JÚNIOR, Jarbas. *Teoria Geral do Ministério Público*. Belo Horizonte: Del Rey, 2013, pp. 2-82.

_____. *Manual das ações constitucionais*. Belo Horizonte: Del Rey, 2007.

_____. “O Ministério Público no neoconstitucionalismo: perfil constitucional e alguns fatores de ampliação de sua legitimação social”. In: FARIAS, Cristiano Chaves; ALVES, Leonardo Barreto Moreira; ROSENVALD, Nelson (org.). *Temas atuais do Ministério Público*. 3. ed. Salvador: Juspodivm, 2012, pp. 41-91.

ALMEIDA, Gustavo Milaré. *Poderes investigatórios do Ministério Público nas ações coletivas*. São Paulo: Atlas, 2010.

ALMOND, Michael A. “Settling rule 23 class actions at the precertification stage: is notice required?”. *North Carolina Law Review*, n. 2., v. 56, pp. 303-340, jan.1978.

ALVES, José Carlos Moreira. *Direito romano*. v. I. 13. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2002.

_____. *Direito romano*. v. II. 6. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2002.

ALVIM NETTO, José Manoel de Arruda. “Substituição processual”. In: WAMBIER, Teresa Arruda Alvim. (org.). *Doutrinas essenciais - processo civil*. v. 3. São Paulo: RT, 2011, pp. 435-454.

ANDRIGHI, Fátima Nancy. *Conciliação judicial*. Palestra proferida na IV Jornada Brasileira de Direito Processual Civil. Disponível em [http://bdjur.stj.jus.br/jspui/bitstream/2011/605/Concilia%C3%A7%C3%A3o_Judicial.pdf], acesso em 24/09/2017.

ANDRADE, José Carlos Vieira de. “Interesse público”. In: FERNANDES, José Pedro Pereira Monteiro; QUEIRÓ, Afonso Rodrigues. *Dicionário jurídico da administração pública*. v. V. 4. ed. Lisboa: Almedina, 1993.

ARISTÓTELES. *Ética a Nicômaco*. Trad. Leonel Vallandro e Gerd Bornheim. São Paulo: Nova Cultural, 1991.

AZEVEDO, Antônio Junqueira. *Negócio jurídico. Existência. Validade. Eficácia*. São Paulo: Saraiva, 2000.

BADINI, Luciano. Luciano Badini, “Reflexões sobre a negociação e mediação para o Ministério Público”. In: DIDIER JR., Fredie (coord.). *Justiça multiportas: mediação, conciliação, arbitragem e outros meios de solução adequada de conflitos*. Salvador: juspodivm, 2017, pp. 226-235.

BARBOSA MOREIRA, José Carlos. “A ação civil pública e a língua portuguesa”. In: MILARÉ, Édis (coord.). *Ação civil pública. Lei 7.347/1985 – 15 anos*. 2. ed. São Paulo: RT, 2002, pp. 345-349.

_____. “Ações coletivas na Constituição de 1988”. *Revista de processo*, n. 61, v. 16, pp. 187-200.

_____. “Apontamentos para um estudo sistemático da legitimação extraordinária”. *Revista dos Tribunais*, v. 404, p. 9, 1969.

_____. *Temas de direito processual*. 3ª série. São Paulo: Saraiva, 1984.

_____. “Tutela jurisdicional dos interesses coletivos ou difusos”. *Revista de processo*, n. 39, ano X, pp. 55-77, jul.-set.1985.

BARIL, Mark Batson; DICKEY, Donald. “Med-Arb: The best of both worlds or just a limited ADR option?”. Disponível em [https://www.mediate.com/pdf/V2%20MED-ARB%20The%20Best%20of%20Both%20Worlds%20or%20Just%20a%20Limited%20ADR%20Option.pdf], acesso em 18/12/2017.

BARREIROS, Lorena Miranda Santos. *Convenções processuais e poder público*. Salvador: juspodivm, 2017.

BARROS, Cláudio. “Abusos e omissões do Ministério Público e seus membros”. In: RIBEIRO, Carlos Vinicius Alves (org). *Ministério Público: reflexões sobre princípios e funções institucionais*. São Paulo: Atlas, 2010, pp. 213-237.

BETTI, E. *Teoria generale del negozio giuridico*. Napoli: Edizioni Scientifiche Italiane, 1994.

BEVILÁQUA, Clóvis. *Código civil dos Estados Unidos do Brasil comentado*. v. IV. Rio de Janeiro: Ed. Paulo de Azevedo, 1955.

BINDER, Alberto. *Fundamentos para a reforma da justiça penal*. Florianópolis: Empório do Direito, 2017.

BINENBOJM, Gustavo. *Uma teoria do direito administrativo. Direitos fundamentais, democracia e constitucionalização*. 3. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2014.

BOBBIO, Norberto. *A era dos direitos*. 4. tir. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

BONAVIDES, Paulo. *Curso de Direito Constitucional*. 25. ed. São Paulo: Malheiros, 2010.

BONIZZI, Marcelo José Magalhães. *Princípios do processo no novo Código de Processo Civil*. São Paulo: Saraiva, 2016.

_____. “Breve análise sobre a arbitragem em conflitos que envolvem o Estado”. *Revista da Procuradoria Geral do Estado de São Paulo*, v. 75, pp. 13-20, 2012.

BORGES, Alice Gonzalez. “Supremacia do interesse público: desconstrução ou reconstrução?”. *Revista Diálogo Jurídico*, n. 15, jan./mar. 2007. Disponível em [http://files.direitoeticaedignidade.webnode.com.br/200000234-e1c33e2bd7/Supremacia%20do%20Interesse%20P%C3%ABlico%20%20-%20Alice%20Gonzalez%20Borges.pdf], acesso em 18/11/2017.

BUENO, Cássio Scarpinella. “As *class actions* norte-americanas e as ações coletivas brasileiras: pontos para uma reflexão conjunta”. *Revista de Processo*, n. 82, pp. 92-151, abr.-jun. 1996.

CABRAL, Antonio do Passo. “As convenções processuais e o termo de ajustamento de conduta”. In: GODINHO, Robson Renault; COSTA, Susana Henriques da (org.). *Ministério Público*. Coleção Repercussões do novo CPC. v. 6. Salvador: JusPodivm, 2015, pp. 193- 210.

_____. *Convenções processuais*. Salvador: Juspodivm, 2016.

CANALES, Ricardo Blanco. “*Sinopsis artículo 54*”. Disponível em [http://www.congreso.es/consti/constitucion/indice/sinopsis/sinopsis.jsp?art= 54&tipo=2], acesso em 29/01/2017.

CANOTILHO, José Joaquim Gomes. *Direito constitucional e teoria da Constituição*. 7. ed. Coimbra: Livraria Almedina, 2003.

CAPPELLETTI, Mauro. “Os métodos alternativos de solução de conflitos no quadro do movimento universal de acesso à justiça”. *Revista de Processo*, n. 74, ano 19, pp. 82-97, abr.-jun. 1994.

_____. “Problemas de reforma do processo civil nas sociedades contemporâneas”. *Revista de Processo*, n. 65, ano 17, pp. 127-143, jan.-mar. 1992.

_____. *Tutela dos interesses difusos*. Palestra publicada na AJURIS – Associação dos Juizes do Rio Grande do Sul, n. 33, ano XII, p. 169, mar.1985.

CAPPELLETTI, Mauro; GARTH, Bryant. *Acesso à justiça*. Porto Alegre: Fabris, 1988.

CAPPELLETTI, Mauro; JOLOWICZ, J. A. *Le rôle du Ministère Public, de la prokuratura et de l'attorney general dans la procédure civile. Public interest, parties and the active role of the judge in civil litigation*. Milão: A. Giuffrè; Dobbs Ferry N.Y.: Oceana Publications, 1975.

CAPPELLI, Silvia. “Atuação extrajudicial do Ministério Público na tutela do meio ambiente”. In: JUNIOR, Jarbas Soares; GALVÃO, Fernando (coord.). *Direito ambiental. Na visão da Magistratura e do Ministério Público*. Belo Horizonte: Del Rey, 2003, pp. 243-278.

CARMONA, Carlos Alberto. *Arbitragem e processo: comentários à Lei nº 9.307/96*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

CARNELUTTI, Francesco. *Teoria geral do direito*. São Paulo: Lejus, 1999.

CARVALHO, Paulo Pinto de. “Uma incursão do Ministério Público à luz do Direito Comparado: França, Itália, Alemanha, América do Norte e União Soviética”. In: MORAES, Voltaire de Lima (Org.). *Ministério Público, direito e sociedade*. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 1986. pp. 77-119.

CARVALHO FILHO, José dos Santos. *Ação civil pública*. 7. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2009.

CARVALHOSA, Modesto. *Considerações sobre a lei anticorrupção das pessoas jurídicas. Lei 12.846/2013*. São Paulo: RT, 2015.

CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 1999.

CHERUBINI, Karina Gomes. “Ampliação da delação premiada aos atos de improbidade administrativa”. *Jus Navigandi*, n. 1519, ano 12, ago.2007. Disponível em: [http://jus.com.br/artigos/10340], acesso em 08/01/2018.

CINTRA, Carlos de Araújo; GRINOVER, Ada Pellegrini; DINAMARCO, Cândido Rangel. *Teoria geral do processo*. 27. ed. São Paulo: Malheiros, 2011.

COELHO, Eleonora. “Desenvolvimento da cultura dos métodos adequados de solução de conflitos: uma urgência para o Brasil”. In: ROCHA, Caio Cesar Vieira; SALOMÃO, Luis Felipe (coord.). *Arbitragem e mediação. A reforma da legislação brasileira*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2017, pp. 97-125.

COELHO, Fábio Ulhoa. *Direito antitruste brasileiro – Comentários à Lei 8.884/1994*. São Paulo: Saraiva, 1995.

COMOGLIO, Luigi Paolo; FERRI, Corrado; TARUFFO, Michele. *Lezioni sul processo civile*. v. I. 5. ed. Bologna: il Mulino, 2011.

COMPARATO, Fábio Konder. *A afirmação histórica dos direitos humanos*. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. *Justiça em números 2016: ano-base 2015*. Brasília: CNJ, 2016.

CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO. *Ministério Público: um retrato: dados de 2015*. Brasília: CNMP, 2016.

CORTES, Hélio Armond Werneck. “Revelia, confissão e transigência”. *Revista dos Tribunais*, ano 64, v. 471, pp. 26-36, jan.1975.

COSTA, Susana Henriques da. “A imediata judicialização dos direitos fundamentais sociais e o mínimo existencial: relação direito e processo”. In: MENDES, Aluisio Gonçalves de Castro; WAMBIER, Teresa Arruda Alvim. (Org.). *O processo em perspectiva. Jornadas Brasileiras de Direito Processual*. 1 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013, pp. 345-370.

_____. *O processo coletivo na tutela do patrimônio público e da moralidade administrativa. Ação de improbidade administrativa, ação civil pública e ação popular*. São Paulo: Quartier Latin, 2009.

_____. “Processo coletivo e controle judicial de políticas públicas – relatório Brasil”. In: GRINOVER, Ada Pellegrini; WATANABE, Kazuo; COSTA, Susana Henriques da. *O processo para solução de conflitos de interesse público*. Salvador: Juspodivm, 2017, pp. 359-381.

COSTA, Susana Henriques da (coord.). *Comentários à lei de ação civil pública e lei de ação popular*. São Paulo: Quartier Latin, 2006.

COULANGES, Fustel de. *A cidade antiga: estudo sobre o culto, o direito e as instituições da Grécia e de Roma*. São Paulo: RT, 2003.

COUTINHO, Marcos Pereira Anjo. “O Termo de Ajustamento de Conduta e o Controle Preventivo da Administração Pública Democrática pelo Ministério Público”. In: *Revista MPMG Jurídico*, n. 1, p. 18, set.-2005. Disponível em [<https://www.mpmg.mp.br/conheca-o-mpmg/escola-institucional/publicacoes-tecnicas/revista-mpmg-juridico/revista-mpmg-juridico.htm>], acesso em 11/12/2016.

_____. “Princípios institucionais do Ministério Público: a necessária revisão conceitual da unidade institucional e da independência funcional”. In: *Livro de Teses do XVII Congresso Nacional do Ministério Público: novos desafios do Ministério Público*. Salvador: CONAMP, 2007, pp. 713-716.

CUNHA, Leonardo Carneiro da. *A Fazenda Pública em juízo*. 14. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2017.

CUNHA, Rogério Sanches; SOUZA, Renee. *Lei anticorrupção empresarial*. Salvador: Juspoivm, 2017.

CUNHA JR., Dirley. *Curso de Direito Constitucional*. 6ª ed. Salvador: Jus Podivm, 2012.

DALLAGNOL, Deltan. *A luta contra a corrupção*. Rio de Janeiro: Sextante/Gmt, 2017.

DEMARCHI, Juliana. *Mediação. Proposta de implementação no processo civil brasileiro*. Tese – Faculdade de Direito. São Paulo: USP, 2007.

DENTI, Vittorio. “Profili civilistici della tutela degli interessi diffusi”. In: *Strumenti per la tutela degli interessi diffusi della collettività - Atti del Convegno Nazionale Bologna*. Bologna: Rimini, 1982, pp. 41 e ss.

DIAS, Aline. “Extensão da atividade do Ministério Público como fiscal da lei na arbitragem comercial doméstica”. *Revista de mediação e arbitragem*, ano 11, v. 43, pp. 217-250, out.-dez.2014.

DIDIER JR., Fredie. *Curso de direito processual civil*. v. 1. 17. ed. Salvador: Jus Podivm, 2015.

_____. *Curso de direito processual civil. Conforme novo CPC*. v. 1. 19. ed. Salvador: Jus Podivm, 2017.

DIDIER JR., Fredie e GODINHO, Robson Renault. “Questões atuais sobre as posições do Ministério Público no novo CPC”. In: GODINHO, Robson Renault e COSTA, Susana Henriques da (coord.). *Ministério Público (coleção repercussões do novo CPC)*. Salvador: Juspodivm, 2015, pp. 15-42.

DINAMARCO, Cândido Rangel. *A Instrumentalidade do Processo*. 13.^a ed. São Paulo: Malheiros, 2008.

_____. *Instituições de direito processual civil*. v. I. 8. ed. São Paulo: Malheiros, 2016.

_____. *Nova Era do Processo Civil*. 3.^a ed. São Paulo: Malheiros, 2009.

DINAMARCO, Cândido Rangel; Lopes, Bruno Vasconcelos Carrilho. *Teoria geral do novo processo civil de acordo com a Lei 13.256, de 4.2.2016*. São Paulo: Malheiros, 2016.

DINAMARCO, Pedro da Silva. *Ação civil pública*. São Paulo: Saraiva, 2001.

_____. “Comentários à lei de ação civil pública e lei de ação popular”. In: COSTA, Susana Henriques da (coord.). *Comentários à lei de ação civil pública e lei de ação popular*. São Paulo: Quartier Latin, 2006, pp. 31-67, 221-224 e 433-441.

DINIZ, José Janguê Diniz. *Ministério Público do Trabalho*. Brasília: Consulex, 2004.

DINO, Nicolao. “A colaboração premiada na improbidade administrativa: possibilidade e repercussão probatória”. In: SALGADO, Daniel de Resende; e QUEIROZ, Ronaldo Pinheiro de (org.). *A prova no enfrentamento à macrocriminalidade*. Salvador: Juspodium, 2015, pp. 439-460.

DI PIETRO, Alfredo. *Derecho Privado Romano*. Buenos Aires: Depalma, 1996.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. “As possibilidades de arbitragem em contratos administrativos”. *Conjur*, Disponível em [<https://www.conjur.com.br/2015-set-24/interesse-publico-possibilidades-arbitragem-contratos-administrativos2/>], acesso em 13/12/2017.

_____. *Direito administrativo*. 30. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

_____. *Discrecionalidade administrativa na Constituição de 1988*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

DITTFURTH, David. *Learning civil procedure*. Durham, North Carolina: Carolina Academic Press, 2007.

EBLE, Timothy E. *Federal class action practice manual – Internet edition*. 1999. Disponível em [http://www.classactionlitigation.com/fcapmanual], acesso em 20/07/2017.

ECONOMIDES, Kim. “Lendo as ondas do ‘movimento de acesso à Justiça’: epistemologia versus metodologia?”. In: PANDOLFI, Dulce Chaves; CARAVALHO, José Murilo; CARNEIRO, Leandro; GRYNSZPAN, Mario. *Cidadania, justiça e violência*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999, pp. 61-76. Disponível em [http://cpdoc.fgv.br/producao_intelectual/arq/39.pdf], acesso em 05/07/2017.

EIDT, Elisa Berton. *Autocomposição na administração pública e o marco regulatório da mediação: da jurisdição a novas formas de composição*. Santa Cruz do Sul: Essere nel mondo, 2017.

ENCICLOPÉDIA SARAIVA DO DIREITO. São Paulo: Saraiva, 1977.

ERICHSON, Howard M. “The problem of settlement class actions”. *The George Washington Law Review*, n. 3, v. 82, pp. 951-989, mai.2014.

FARIA, José Eduardo (org.). *Direitos humanos, direitos sociais e justiça*. 1. ed. 5. tir. São Paulo: Malheiros: 2010.

_____. “A definição do interesse público”. In: SALLES, Carlos Alberto de (org.). *Processo civil e interesse público. O processo como instrumento de defesa social*. São Paulo: RT, 2003, pp. 79-90.

FAZZIO JÚNIOR, Waldo. *Improbidade Administrativa*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

FERNANDES, Rodrigo. *Compromisso de ajustamento de conduta ambiental*. Rio de Janeiro: Renovar, 2008.

FERRAZ, Antônio Augusto Mello de Camargo; MILARÉ, Édís; NERY JR., Nelson. *A ação civil pública e a tutela jurisdicional dos interesses difusos*. São Paulo: Saraiva, 1984.

FERRAZ JR., Tércio Sampaio. *Introdução ao estudo do direito*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

FERRI, Luigi. *L'autonomia privata*. Milano: Giuffrè, 1959.

FINK, Daniel Roberto. “Alternativa à ação civil pública ambiental (reflexões sobre as vantagens do termo de ajustamento de conduta)”. In: MILARÉ, Édís (coord.). *Ação civil pública. Lei 7.347/1985 – 15 anos*. 2. ed. São Paulo: RT, 2002, pp. 113-139.

FISCHER, Robert; URY, William; e PATTON, Bruce. *Como chegar ao sim – a negociação de acordos sem concessões*. 2. ed. Rio de Janeiro: Imago, 2005.

FISS, Owen. *Um novo processo civil. Estudos norte-americanos sobre jurisdição, constituição e sociedade*. São Paulo, RT, 2004.

FONSECA, Cíbele Benevides Guedes da. *Colaboração premiada*. Belo Horizonte: Del Rey, 2017.

FONSECA, João Bosco Leopoldino da. *Lei de proteção da concorrência: comentários à legislação antitruste*. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2001.

FONTES, Paulo Gustavo Guedes. “Legitimidade do Ministério Público para a defesa dos interesses individuais homogêneos: importância em face do caráter individualista do controle judicial da administração no Brasil”. In: ROCHA, João Carlos Carvalho; HENRIQUES FILHO, Tarcísio Humberto Parreiras; Cazetta, Ubiratan (coord.). *Ação civil pública. 20 anos da Lei n. 7.347/85*. Belo Horizonte: Del Rey, 2005, pp. 265-277.

FREITAS JUNIOR, Horival Marques de. Breves apontamentos sobre a mediação no direito de família. *Revista Jurídica Luso-Brasileira (RJLB)*, n. 1, ano 2, pp. 185-228, 2016. Disponível em [http://www.cidp.pt/publicacoes/revistas/rjlb/2016/1/2016_01_0185_0228.pdf], acesso em 13/09/2017.

_____. *Repercussão geral das questões constitucionais*. São Paulo: Malheiros, 2015.

GABBAY, Daniela Monteiro. *Mediação & Judiciário: condições necessárias para a institucionalização dos meios autocompositivos de solução de conflitos (Tese)*. São Paulo: USP, 2011.

GAJARDONI, Fernando da Fonseca et al. *Comentários à Lei de Improbidade Administrativa*. 2. ed. São Paulo: RT, 2012.

GAJARDONI, Fernando da Fonseca; DELLORE, Luiz; ROQUE, André Vasconcelos; OLIVEIRA JR., Zulmar Duarte de. *Teoria geral do processo. Comentários ao CPC de 2015. Parte geral*. São Paulo: Forense, 2015.

GARCEZ, José Maria Rossani. *Arbitragem nacional e internacional: progressos recentes*. Belo Horizonte: Del Rey, 2007.

GARCIA, Emerson. “As Resoluções do Conselho Nacional do Ministério Público e o seu necessário balizamento”. In: CHAVES, Cristiano; ALVES, Leonardo Barreto Moreira; e ROSENVALD Nelson (coord.). *Temas atuais do Ministério Público. A atuação do parquet nos 20 anos da Constituição Federal*. 2. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010, pp. 155-166.

_____. *Ministério Público. Organização, atribuições e regime jurídico*. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

_____. “Ministério Público: essência e limites da independência funcional. In: RIBEIRO, Carlos Vinicius Alves (org). *Ministério Público: reflexões sobre princípios e funções institucionais*. São Paulo: Atlas, 2010, pp. 62-82.

GARCIA, Emerson; ALVES, Rogério Pacheco. *Improbidade Administrativa*. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

GIDI, Antonio. *A class action como instrumento de tutela coletiva de direitos. As ações coletivas em uma perspectiva comparada*. São Paulo: RT, 2007.

_____. *Coisa julgada e litispendência em ações coletivas*. São Paulo: Saraiva, 1995.

_____. *Las acciones colectivas y la tutela de los derechos difusos, colectivos e individuales em Brasil. Un modelo para países de derecho civil*. México: Universidad Nacional Autónoma de México, 2004.

_____. “Recensões. Geoffrey C. Hazard Jr. e Michele Taruffo, American civil procedure”. *Revista de Direito Processual Civil Genesis*, n. 6, pp. 577-864, set.-dez.1997.

GISMONDI, Rodrigo A. Odebrecht Curi. “Mediação pública”. *Revista eletrônica de direito processual. Volume especial: a nova lei de mediação brasileira. Comentários ao projeto de lei 7169/2014*, ano 8, v. 13, pp. 168-202, 2014.

GODINHO, Robson Renault e COSTA, Susana Henriques da (coord.). *Ministério Público (coleção repercussões do novo CPC)*. Salvador: Juspodivm, 2015.

GONÇALVES, Carlos Roberto. *Direito civil brasileiro. v. 1. Parte geral*. 11. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

_____. *Direito civil brasileiro. v. 3. Contratos e atos unilaterais*. 10. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

GORDILLO, Agustín. *Tratado de derecho administrativo*. 3. ed. Buenos Aires: Fundación de derecho administrativo, 1998.

GOULART, Marcelo Pedroso. *Elementos para uma teoria geral do Ministério Público*. Belo Horizonte: Arraes, 2013.

_____. *Ministério Público e democracia – teoria e prática*. São Paulo: Editora de direito, 1998.

GRINOVER, Ada Pellegrini. “Ajustamento da conduta e defesa da concorrência”. *Revista do IBRAC*, n. 1, v. 16, pp. 187-197, 2009. Disponível em [http://www.ibrac.org.br/Uploads/PDF/RevistadoIBRAC/Revista%2016%20N%C2%BA%201.pdf], acesso em 08/01/2018.

_____. “Caminhos e descaminhos do controle jurisdicional de políticas públicas no Brasil”. In: GRINOVER, Ada Pellegrini; WATANABE, Kazuo; COSTA, Susana Henriques da. *O processo para solução de conflitos de interesse público*. Salvador: Juspodivm, 2017, pp. 423-448.

_____. “O controle de políticas públicas pelo Poder Judiciário”. *Revista de Processo*, n. 164, v.33, pp.9-28, out. 2008.

_____. “Os métodos consensuais de solução de conflitos no novo CPC”. In: GRINOVER, Ada Pellegrini; et. al. *O Novo Código de Processo Civil. Questões controvertidas*. São Paulo: Altas, 2015, pp. 1-21.

_____. “Os métodos consensuais de solução de conflitos no novo CPC”. *Jornal Estado de Direito*, 04/11/2015. Disponível em [http://estadodedireito.com.br/conflitosnonovo], acesso em 13/12/2017.

GRINOVER, Ada Pellegrini; GONÇALVES, Eduardo Damião. “Conferência sobre arbitragem na tutela dos interesses difusos e coletivos”. *Revista de processo*. n. 136, ano 31, pp. 249/267, jun.2006.

GRINOVER, Ada Pellegrini; WATANABE, Kazuo; COSTA, Susana Henriques da. *O processo para solução de conflitos de interesse público*. Salvador: Juspodivm, 2017, pp. 423-448.

GRINOVER, Ada Pellegrini; WATANABE, Kazuo; NERY JUNIOR, Nelson. *Código Brasileiro de Defesa do Consumidor. Comentado pelos autores do anteprojeto*. v. III. 10 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2011.

GRINOVER, Ada Pellegrini; et. al. *O Novo Código de Processo Civil. Questões controvertidas*. São Paulo: Atlas, 2015.

GUERRA, Sérgio. “Discrecionalidade no Ministério Público: balizamento e dever de fundamentar”. In: RIBEIRO, Carlos Vinicius Alves (org). *Ministério Público: reflexões sobre princípios e funções institucionais*. São Paulo: Atlas, 2010, pp. 357-381.

HÄBERLE, Peter. *Hermenêutica constitucional – a sociedade aberta dos intérpretes da Constituição: contribuição para a interpretação pluralista e “procedimental” da Constituição*. Porto Alegre: Sergio Antônio Fabris, 1997.

HAEBERLIN, Martín. *Uma teoria do interesse público*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2017.

HAZARD, Geoffrey C; TARUFFO, Michele. *American civil procedure: an introduction*. New Haven: Yale University Press, 1993.

JORGE, Flávio Cheim. *Teoria geral dos recursos cíveis*. 3. ed. São Paulo: RT, 2007.

JUSTEN FILHO, Marçal. *Comentários à lei de licitações e contratos administrativos*. 13. Ed. São Paulo: Dialética, 2009.

_____. *Curso de direito administrativo*. 7. ed. Belo Horizonte: Editora Fórum, 2011.

KELSEN, Hans. *Teoria pura do direito*. 6. ed., 4. tir. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

_____. *Jurisdição constitucional*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

LAUAND, Mariana de Souza Lima. *O valor probatório da colaboração processual*. Tese – Faculdade de Direito. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2008.

LEITE, Carlos Henrique Bezerra. *Ação civil pública na perspectiva dos Direitos Humanos*. São Paulo: LTr, 2008.

LEITE, José Rubens Morato; LIMA, Máira Luísa Milani de; e FERREIRA, Maria Leonor Paes Cavalcanti. “Ação civil pública, termo de ajustamento de conduta e formas de reparação do dano ambiental: reflexões para uma sistematização”. In: MILARÉ, Édis (coord.). *Ação civil pública após 20 anos: efetividade e desafios*. São Paulo: RT, 2005, pp. 331-344.

LEMONS JÚNIOR, Arthur Pinto de. “O instituto da leniência na Lei nº 12.843/13”. In: Ministério Público do Estado de São Paulo. *Apostamentos à lei anticorrupção empresarial (Lei nº 12.846/13)*. São Paulo: MPSP, 2015.

LEONEL, Ricardo de Barros. *Manual do processo coletivo*. 4. ed. São Paulo: Malheiros, 2017.

_____. “Novos desafios do Ministério Público na tutela coletiva”. In: MILARÉ, Édis (coord.). *A Ação civil pública após 25 anos*. São Paulo: RT, 2010, pp. 721-732.

LENZA, Pedro. *Teoria geral da ação civil pública*. São Paulo: RT, 2003.

LIMA, Bernardo. *A arbitrabilidade do dano ambiental*. São Paulo: Atlas, 2010.

LINS, Ana Cristina Bandeira. “Ações coletivas: análise prática”. Disponível em [http://www.sbdp.org.br/arquivos/revista/acoes_coletivas.pdf], acesso em 03/07/2017.

LOBÃO, Carla. “Compromisso de cessação de prática: uma abordagem crítica sobre o instituto”. *Revista do IBRAC*, n. 8., v. 8, pp. 87-98, 2001.

LOPES, Carla Patrícia Frade Nogueira. Estado de direito e Estado em rede. Um conceito em construção. *Revista Jurídica Luso Brasileira*, n. 3, ano 1, pp. 367-383, 2015. Disponível em [http://www.cidp.pt/publicacoes/revistas/rjlb/2015/3/ 2015_03_0367_0383.pdf], acesso em 31/07/2017.

LOPES, Júlio Aurélio Vianna. *Democracia e cidadania. O novo Ministério Público brasileiro*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2000.

LOPES, José Reinaldo de Lima. Direito subjetivo e direitos sociais: o dilema do judiciário no estado social de direito. In: Faria, José Eduardo (org.). *Direitos humanos, direitos sociais e justiça*. 1. ed. 5. tir. São Paulo: Malheiros: 2010, pp. 113-143.

_____. “A definição do interesse público”. In: SALLES, Carlos Alberto de (org.). *Processo civil e interesse público. O processo como instrumento de defesa social*. São Paulo: RT, 2003, pp. 91-99.

LORENCINI, Marco Antônio Garcia Lopes. “Sistema multiportas”: opções para tratamento de conflitos de forma adequada. In: SALLES, Carlos Alberto de; LORENCINI, Marco Antônio Garcia Lopes; SILVA, Paulo Eduardo Alves da (coord.). *Negociação, mediação e arbitragem. Curso básico para programas de graduação em direito*. São Paulo: Forense, 2012, pp. 57-85.

LUGO, Andrea. “Azione popolare”. In: *Enciclopedia del diritto*. v. IV. Milano: Giuffrè Editore, 1959, pp. 861-871.

LYRA, Roberto. *Teoria e prática da Promotoria Pública*. 2. ed. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 2001.

MA, Yue. A discricionariedade do Promotor de Justiça e a transação penal nos Estados Unidos, França, Alemanha e Itália: uma perspectiva comparada. *Revista do CNMP*, n. 1, pp. 191-229, 2011.

_____. Explorando as origens da ação penal pública na Europa e nos Estados Unidos. *Revista do CNMP*, n. 1, pp. 11-41, 2011.

MACHADO, Antônio Cláudio da Costa. *A intervenção do Ministério Público no processo civil brasileiro*. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 1998.

MACIEL, Débora Alves. “Conflito social, meio ambiente e sistema de Justiça: notas sobre o novo papel do Ministério Público brasileiro na defesa de interesses difusos”. *Revista Plural*, v. 8, USP, pp. 5-27, 2ºsem.2011.

MAGALHÃES, Waldir Gomes. “A ação popular”. *Cadernos de direito constitucional e ciência política*, n. 14, pp. 220-230, jan.-mar.1996.

MALINOWSKI, Bronislaw. *Os Pensadores: Bronislaw Malinowski - Argonautas do Pacífico Ocidental*. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

MALUF, Carlos Alberto Dabus. *A transação no direito civil e no processo civil*. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 1999.

MANCUSO, Rodolfo de Camargo. *Ação civil pública. Em defesa do meio ambiente, patrimônio cultural e dos consumidores. Lei 7.347/85 e legislação complementar*. 14. ed. São Paulo: RT, 2016.

_____. *Acesso à justiça: condicionantes legítimas e ilegítimas*. São Paulo: RT, 2011.

_____. “A projetada participação equânime dos co-legitimados à propositura da ação civil pública: da previsão normativa à realidade forense”. *Revista dos Tribunais*, v. 91, n. 796. São Paulo: RT, fev. 2002, pp. 11-38.

_____. “Contribuição esperada do Ministério Público e da Defensoria Pública na prevenção da atomização judicial dos mega-conflitos”. *Revista de Processo*, n. 164, ano 33, pp. 152-169, out.2008.

_____. *Interesses difusos. Conceito e legitimação para agir*. São Paulo, RT, 1998.

MANDRIOLI, Crisanto; CARRATA, Antonio. *Corso di diritto processuale civile. v. I. Nozioni introduttive e disposizioni generali*. 11. ed. Torino: G. Giappichelli Editore, 2013.

MANZINI, Vincenzo. *Tratatto di diritto processuale penale italiano. v. I. 4. ed.* Torino: Unione Tipografico – Editrice Torinese, 1952.

MARCATO, Antônio Carlos. “Algumas considerações sobre a crise da Justiça”. In: ZUFELATO, Camilo; YARSHELL, Flávio Luiz (org.). *40 anos da teoria geral do processo no Brasil. Passado, presente e futuro*. São Paulo: Malheiros, 2013, pp. 21-42.

MARIANI, Rômulo Greff. *Arbitragens coletivas no Brasil*. São Paulo: Atlas, 2015.

MARINHO, Carolina Martins. *Justiciabilidade dos direitos sociais: análise de julgados do direito à educação sob o enfoque da capacidade institucional*. Tese – Faculdade de Direito. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2009.

MARKY, Thomas. *Curso elementar de direito romano*. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 1995.

MARQUES, José Frederico. *Elementos de direito processual penal. v. I. 2. ed. atualizada*. Campinas: Millennium Editora, 2000.

_____. *Elementos de direito processual penal. v. II. 3. atualização*. Campinas: Millennium Editora, 2009.

MARTIN-GRANIZO, Mariano Fernandez. *El Ministerio Fiscal en España. Notas para una futura construcción de dicha figura y estudio de su posición en el Derecho procesal español*. Madrid: 1977.

MARTINS, André Chateaubriand. “A administração pública na reforma da lei de arbitragem”. In: ROCHA, Caio Cesar Vieira; SALOMÃO, Luis Felipe (coord.). *Arbitragem e mediação. A reforma da legislação brasileira*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2017, pp. 21-34.

MAYER BROWN LLP. “Do Class Actions Benefit Class Members? An Empirical Analysis of Class Actions”. Disponível em [https://www.mayerbrown.com/files/uploads/Documents/PDFs/2013/December/DoClassActionsBenefitClassMembers.pdf], acesso em 20/07/2017.

MAZEAUD, Henri; MAZEAUD, Léon; MAZEUD, Jean. *Leçons de droit civil*. v. II. t. 3. 3. ed. Paris: Éditions Montchrestien, 1968.

MAZZILLI, Hugo Nigro. *A defesa dos interesses difusos em juízo. Meio ambiente, consumidor, patrimônio cultural, patrimônio público e outros interesses*. 29. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

_____. “Compromisso de ajustamento de conduta – Análise à luz do anteprojeto do código brasileiro de processos coletivos”. In: GRINOVER, Ada Pellegrini; MENDES, Aluísio Gonçalves de Castro; WATANABE, Kazuo. *Direito processual coletivo e o anteprojeto de código brasileiro de processos coletivos*. São Paulo: RT, 2007, pp. 231-344.

_____. *Introdução ao Ministério Público*. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

_____. “O acesso à justiça e o Ministério Público”. *Revista dos Tribunais*, v. 638, pp. 241-249, dez.1998.

_____. *O inquérito civil*. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

_____. *O Ministério Público na Constituição de 1988*. São Paulo: Saraiva, 1989.

_____. *Regime jurídico do Ministério Público*. São Paulo: Saraiva, 2000.

MEIRELES, José Dilermando. *Ministério Público: sua gênese e sua história*. Brasília: 1983.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. *Curso de Direito Administrativo*. 27. ed. São Paulo: Malheiros, 2010.

MENDES, Aluísio Gonçalves de Castro. *Ações coletivas no direito comparado e nacional*. 2. ed. São Paulo: RT, 2010.

MENDES, Gilmar Ferreira; COELHO, Inocência Mártires; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. *Curso de direito constitucional*. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

MENKEL-MEADOW, Carrie. Mothers and fathers of invention: The intellectual founders of ADR. *Ohio State Journal on Dispute Resolution*, v. 16, n. 1, 2000, pp. 1-37. Disponível em [http://scholarship.law.georgetown.edu/cgi/viewcontent.cgi? article=1542&context=facpub], acesso em 11/09/2017.

MERÇON-VARGAS, Sarah. *Meios alternativos na resolução de conflitos de interesses transindividuais*. Tese – Faculdade de Direito. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2012.

MILARÉ, Edis. *Direito do ambiente*. 10. ed. São Paulo: RT, 2015.

_____. “O compromisso de ajustamento de conduta e a responsabilidade penal ambiental”. In: MILARÉ, Édís (coord.). *Ação civil pública após 20 anos: efetividade e desafios*. São Paulo: RT, 2005, pp. 149-164.

MILARÉ, Édís (coord.). *Ação civil pública. Lei 7.347/1985 – 15 anos*. 2. ed. São Paulo: RT, 2002.

_____. *Ação civil pública. Lei 7.347/1985 – 20 anos*. São Paulo: RT

_____. *A Ação civil pública após 25 anos*. São Paulo: RT, 2010.

_____. *A Ação civil pública após 30 anos*. São Paulo: RT, 2015.

MIRABETE, Júlio Fabbrini. *Juizados especiais criminais: comentários, jurisprudência, legislação*. 3 ed., São Paulo: Atlas, 1998.

MIR PUIG, Santiago. *Derecho penal: parte general*. Barcelona: Reppertor, 1998.

MOFFITT, Michael L. “Before the big bang: the making of an ADR pioneer”. *Negotiation Journal*, pp. 437-443, President and Fellows of Harvard College, oct.2006. Disponível em [https://law.uoregon.edu/images/uploads/entries/Michael_Moffitt-Before_the_Big_Bang-The_Making_of_an_ADR_Pioneer.pdf], acesso em 05/07/2017.

MÔNACO, José Luiz. *Inquérito civil*. Bauru: Edipro, 2000.

MORAES, Alexandre de. *Direito constitucional*. 29. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

MORAES, Voltaire de Lima (Org.). *Ministério Público, direito e sociedade*. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 1986.

MORELLO, Augusto M. *La tutela de los intereses difusos em el derecho argentino. Legitimaciones, medidas cautelares, trámite y efectos del amparo colectivo*. La Plata: Libreria Editora Platense, 1999.

MÜLLER, Friedrich. *Métodos de trabalho do direito constitucional*. 2. ed. São Paulo: Max Limonad, 2000.

NEGRÃO, Ricardo. *Ações coletivas. Enfoque sobre a legitimidade ativa*. São Paulo: Liv. E Ed. Universitária de Direito, 2004.

NEGRO, Franco. “Indisponibilità giuridica”. *Novissimo Digesto Italiano*. v. VIII. Torino: Unione Tipografico – Editrice Torinese, 1962, pp. 605-607.

NERY JR., Nelson. *Teoria geral dos recursos*. 6. ed. São Paulo: RT, 2004.

NERY JR., Nelson; NERY, Rosa Maria de Andrade. *Comentários ao código de processo civil. Novo CPC – Lei 13.105/2015*. São Paulo: RT, 2015.

NERY, Ana Luiza de Andrade. *Arbitragem coletiva*. São Paulo: RT, 2016.

_____. *Compromisso de ajustamento de conduta. Teoria e análise de casos práticos*. 2. ed. São Paulo: RT, 2012.

NETO, Adolfo Braga. “A mediação de conflitos no contexto empresarial”. *Revista Âmbito Jurídico*, n. 83, v. XIII, dez 2010. Disponível em [http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=8627], acesso em 16/12/2017.

NETO, Diogo de Figueiredo Moreira. “Governo e Governança em Tempos de Mundialização”. *Revista de Direito Administrativo*, v. 243, pp. 41-47, 2006. Disponível em [http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rda/article/view/42540/41309], acesso em 08/01/2018.

NOGUEIRA, Pedro Henrique. *Negócios jurídicos processuais*. Salvador: Juspodivm, 2016.

NUCCI, Guilherme de Souza. *Manual de processo penal e execução penal*. 8. ed. São Paulo: RT, 2011.

NUNES, Rizzato. *Comentários ao Código de Defesa do Consumidor*. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

OLIVEIRA, Eugênio Pacelli de. *Curso de Processo Penal*. 11. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2009.

OLIVEIRA, Francisco Antônio de. *Ação civil pública. Enfoques trabalhistas. Doutrina. Jurisprudência. Legislação*. 2. ed. São Paulo, RT: 2013.

OLIVEIRA, Gesner; RODAS, João Grandino. *Direito e economia da concorrência*. 2. ed. São Paulo: RT, 2013.

OLIVEIRA, Suzana Fairbanks Lima de. *A racionalização da atividade do Ministério Público no processo civil (Tese)*. São Paulo: USP, 2008.

ORTON, Frank. “Evolution and perspectives of the institution of the Ombudsman”. In: SICILIANOS, Linos-Alexander (Ed.). *The prevention of human rights violations*. Haia: Kluwer Law International, 2001, pp. 225-231.

OSÓRIO, Fábio Medina. *Teoria da Improbidade Administrativa*. 3. ed. São Paulo: RT, 2013.

OST, François; VAN DE KERCHOVE, Michel. *De la pyramide au réseau? Pour une théorie dialectique du droit*. Bruxelas: Presses des Facultés Universitaires Saint Louis, 2002. Disponível em [https://books.google.com.br/books?id=7EkWRS-8MbEC&pg=PA3&hl=pt-BR&source=gbs_selected_pages&cad=2#v=onepage&q&f=false]. Acesso em 31/07/2017.

PASSOS, J. J. Calmon de. *Comentários ao código de processo civil. v. III*. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1992.

PELUSO, Cezar (coord.). *Código Civil comentado. Doutrina e jurisprudência*. 8. ed. Barueri: Manole, 2014.

PEREIRA, Caio Mário da Silva. *Instituições de direito civil. v. I. Introdução ao direito civil. Teoria geral de direito civil*. 21. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2006.

_____. *Instituições de direito civil. v. III. Contratos*. 11. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2004.

PEREIRA, Frederico Valdez. *Delação premiada. Legitimidade e procedimento*. 3. ed. Curitiba: Juruá, 2016.

PERROT, Roger. *Institutions judiciaires*. 15. ed. Paris: Montchrestien – Lextenso éditions, 2012.

PETERS, Edward. “Reviewed Work: From Medieval Group Litigation to Modern Class Action by Stephen C. Yeazell”. *The American Journal of Legal History*, n. 4, v. 34, pp. 429–431, 1990. Disponível em [www.jstor.org/stable/845840], acesso em 10/01/2017.

PINHO, Humberto Dalla B. de. *A introdução do instituto da transação penal no direito brasileiro*. Rio de Janeiro: Lumen Iuris, 1998.

PINTO, José Emilio Nunes. “A arbitragem na recuperação de empresas”. *Revista de Arbitragem e Mediação*, v. 7, pp. 79-100, out.-dez.2005.

PIRES, Gabriel Lino de Paula. *Ministério Público e controle da administração pública*. Birigui: Boreal, 2016.

PIZZOL, Patrícia Miranda. *Liquidação nas ações coletivas*. São Paulo: Lejus, 1998.

PLANIOL, Marcel; RIPERT, Georges. *Traité pratique de droit civil français*. t. XI. 2. ed. Paris: Librairie Générale de Droit et de Jurisprudence, 1954.

PLATÃO. *A República*. Trad. Enrico Corvisieri. São Paulo: Nova Cultural, 1997.

PONTE, Antonio Carlos da; DEMERCIAN, P. H.. “Algumas considerações sobre o Ministério Público no Direito estrangeiro”. *Revista Jurídica da Escola Superior do Ministério Público de São Paulo*, v. 10, pp. 15-40, 2016.

PONTES DE MIRANDA. *Tratado de direito privado. Parte especial. Direito das obrigações*. Tomo XXV. Atualizado por NERY JR., Nelson e NERY, Rosa Maria de Andrade. 2. tiragem. São Paulo: RT, 2012.

PORFÍRIO JUNIOR, Nelson de Freitas. *Acordos ambientais (Tese)*. São Paulo: USP, 2005.

PROENÇA, Luis Roberto. *Inquérito civil. Atuação investigativa do Ministério Público a serviço da ampliação do acesso à Justiça*. São Paulo: RT, 2001.

PUOLI, José Carlos Baptista. *Os poderes do juiz e as reformas do processo civil*. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2002.

_____. “Comentários à lei da ação civil pública”. In: COSTA, Susana Henriques da (coord.). *Comentários à lei de ação civil pública e lei de ação popular*. São Paulo: Quartier Latin, 2006, pp. 316-335.

_____. “Em defesa da ‘vigente’ lei da ação civil pública”. In: MILARÉ, Édis. (org.). *A Ação civil pública após 25 anos*. São Paulo: RT, 2010, pp. 349-362.

_____. “Mandado de segurança e os atos praticados pelo Ministério Público em inquérito civil”. In: BUENO, Cassio Scarpinella; ALVIM, Eduardo Arruda; WAMBIER, Teresa Arruda Alvim

(org.). *Aspectos polêmicos e Atuais do mandado de Segurança - 51 anos depois*. São Paulo: RT, 2002, pp. 422-442.

_____. “Processo e constituição: alcance amplo, mas não ilimitado, dos princípios constitucionais do processo”. In: PUOLI, José Carlos Baptista; BONIZZIO, Marcelo José Magalhães; LEONEL, Ricardo de Barros (coord.). *Direito processual constitucional*. Brasília: Gazeta Jurídica, 2016, pp. 115-126.

_____. *Responsabilidade civil do promotor de justiça na tutela aos interesses coletivos. Meio Ambiente. Consumidor. Improbidade administrativa*. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2007.

PUOLI, José Carlos Baptista; BONIZZI, Marcelo José Magalhães; LEONEL, Ricardo de Barros (coord.). *Direito processual constitucional*. Brasília: Gazeta Jurídica, 2016.

QUEIROZ, Cristina. Direitos fundamentais sociais: questões interpretativas e limites de justiciabilidade, In: SILVA, Virgílio Afonso da. *Interpretação constitucional*. 1. ed., 3. tir. São Paulo: Malheiros, 2010, pp. 165-216.

RAATZ, Igor. *Autonomia privada e processo civil. Negócios jurídicos processuais, flexibilização procedimental e o direito à participação na construção do caso concreto*. Salvador: Juspodivm, 2017.

RANGEL, Roberta Maria. “As regras da lei de mediação (Lei 13.140/2015) para a administração pública”. In: ROCHA, Caio Cesar Vieira; SALOMÃO, Luis Felipe (coord.). *Arbitragem e mediação. A reforma da legislação brasileira*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2017; pp. 267-283.

RÁO, Vicente. *O direito e a vida dos direitos*. 3. ed. São Paulo: RT, 1991.

RASSAT, Michèle-Laure. *Le Ministère Public: entre son passé et son avenir*. Paris: Librairie Générale de Dorit et de Jurisprudence, 1967.

REALE, Miguel. *Lições preliminares de direito*. 27. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

RIBEIRO, Carlos Vinicius Alves. “Funções administrativas e discricionárias do Ministério Público”. In: RIBEIRO, Carlos Vinicius Alves (org). *Ministério Público: reflexões sobre princípios e funções institucionais*. São Paulo: Altas, 2010, pp. 339-355.

RIBEIRO, Carlos Vinicius Alves (org). *Ministério Público: reflexões sobre princípios e funções institucionais*. São Paulo: Altas, 2010.

RIBEIRO, Luis Celso Cecílio Leite. *O termo de ajustamento de conduta como meio alternativo para a solução dos conflitos ambientais*. Tese – Faculdade de Direito. São Paulo: PUC, 2009.

RIZZARDO, Arnaldo. *Contratos*. 11. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2010.

ROBLES, Tatiana. *Mediação e direito de família*. São Paulo: Ícone, 2009.

ROCHA, Caio Cesar Vieira; SALOMÃO, Luis Felipe (coord.). *Arbitragem e mediação. A reforma da legislação brasileira*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

RODRIGUES, Geisa de Assis. *Ação civil pública e termo de ajustamento de conduta. Teoria e prática*. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2011.

_____. “Breves reflexões sobre o potencial do novo Código de Processo Civil para aprimorar a tutela processual coletiva”. In: RODRIGUES, Geisa de Assis; FILHO, Robério Nunes dos Anjos. (org.). *Reflexões sobre o novo código de processo civil*. v. 1. Brasília: ESMPU, 2016, pp. 333-371.

RODRIGUES, João Gaspar. “Lineamentos sobre a nova dinâmica resolutive do Ministério Público”. *Revista Jurídica da Escola Superior do Ministério Público de São Paulo*, ano 4, v. 8., pp. 55-90, jul.-dez. 2015.

_____. “Reflexões sobre a atuação extrajudicial do Ministério Público: inquérito civil público, compromisso de ajustamento de conduta e recomendação legal”. In: Chaves, Cristiano; Alves, Leonardo Barreto Moreira; e Rosendal Nelson (coord.). *Temas atuais do Ministério Público. A atuação do parquet nos 20 anos da Constituição Federal*. 2. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010, pp. 175-221.

ROLLO, Arthur Luis Mendonça. “Inquérito civil e termo de ajustamento de conduta: limites à atuação do Ministério Público”. In: Moreira, Alberto Camiña; Alvares, Anselmo Prieto; Bruschi, Gilberto Gomes. *Panorama atual das tutelas individual e coletiva. Estudos em homenagem ao professor Sérgio Shimura*. São Paulo: Saraiva, 2011, pp. 186-195.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Du contrat social*. Paris: Flammarion, 2001.

SALES, Lília Maia de Moraes. *Justiça e mediação de conflitos*. Belo Horizonte: Del Rey, 2004.

SALLES, Carlos Alberto de. *A legitimação do Ministério Público para defesa de direitos e garantias constitucionais*. Tese – Faculdade de Direito. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1992.

_____. *Arbitragem em contratos administrativos*. Rio de Janeiro: Forense, 2011.

SALLES, Carlos Alberto de (org.). *Processo civil e interesse público. O processo como instrumento de defesa social*. São Paulo: RT, 2003.

SALLES, Carlos Alberto de; LORENCINI, Marco Antônio Garcia Lopes; SILVA, Paulo Eduardo Alves da (coord.). *Negociação, mediação e arbitragem. Curso básico para programas de graduação em direito*. São Paulo: Forense, 2012.

SAMPAIO, Francisco José Marques. *Negócio jurídico e direitos difusos e coletivos*. Rio de Janeiro: Lumen Iuris, 1999.

SANDER, Frank Ernest Arnold. “Varieties of dispute processing”. In: CARRIE, Menkel-Meadow; LOVE, Lela Porter; SCHNEIDER, Andrea Kupfer (org.). *Mediation: practice, policy, and ethics*. 2. ed. New York: Wolters Kluwer Law & Business, 2013. Disponível em [https://books.google.com.br/books?id=r53fDgAAQBAJ &printsec=frontcover&hl=pt-BR#v=onepage&q&f=false], acesso em 05/07/2017.

SANTORO, Arturo. *Manuale di diritto processuale penale*. Torino: Editrice Tornese, 1954.

SCIALOJA, Vittorio. *Procedimiento civil romano: ejercicio y defensa de los derechos*. Buenos Aires: Ed. Juridicas Europa-America, 1954.

SHIMURA, Sérgio. *Tutela coletiva e sua efetividade*. São Paulo: Método, 2006.

SILVA, Eduardo Araújo da. *Ação Penal Pública: princípio da oportunidade regradada*. São Paulo: Atlas, 1999.

SILVA, José Afonso da. “O estado democrático de direito”. *Revista de Direito Administrativo*, v. 173, pp. 15-34, jul./set. 1988.

SILVA, José Luiz Mônaco da Silva. *Inquérito civil*. Bauru: Edipro, 2000.

SILVA, Ovidio Baptista. *Curso de Processo Civil*. v. 1. 6. ed. São Paulo: RT, 2002.

_____. *Curso de Processo Civil*. v. 2. 4. ed. São Paulo: RT, 2002.

SILVA, Paulo Eduardo Alves da. “Solução de controvérsias: métodos adequados para resultados possíveis e métodos possíveis para resultados adequados”. In: Salles, Carlos Alberto de; Lorencini, Marco Antônio Garcia Lopes; Silva, Paulo Eduardo Alves da (coord.). *Negociação, mediação e arbitragem. Curso básico para programas de graduação em direito*. São Paulo: Forense, 2012, pp. 1-25.

SILVA, Paulo Márcio da. *Inquérito civil e ação civil pública – Instrumentos de tutela coletiva*. Belo Horizonte: Del Rey, 2000.

SILVA, Virgílio Afonso da. *Direitos fundamentais: conteúdo essencial, restrições e eficácia*. 2. ed. São Paulo: Malheiros, 2011.

SIRVINSKAS, Luís Paulo. *Manual de direito ambiental*. 15. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

SMANIO, Gianpaolo Poggio. *Interesses difusos e coletivos*. São Paulo: Atlas, 1998.

_____. *Tutela penal dos interesses difusos*. São Paulo: Atlas, 2000.

SOUZA, Motaui Ciocchetti de. *Ação civil pública e inquérito civil*. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

SPENGLER, Fabiana Marion. *Mediação de conflitos – da teoria à prática*. 2. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2017.

STEFANI, Marcos. O Ministério Público, o novo CPC e o negócio jurídico processual. In: GODINHO, Robson Renault; COSTA, Susana Henriques da; (org.). *Ministério Público. Coleção Repercussões do novo CPC*. v. 6. Salvador: JusPodivm, 2015, pp. 211-221.

STRECK, Lenio Luiz (org.). *A discricionariedade nos sistemas jurídicos contemporâneos*. Salvador: Juspodivm, 2017.

STUCCHI, Gisele Beltrame. “Transação relativa aos direitos decorrentes do código de defesa do consumidor”. *Revista de direito do consumidor*. v. 6. São Paulo, abr.-jun. 1993, pp. 191-218.

SUNDFELD, Carlos Ari. *Direito administrativo ordenador*. São Paulo: Malheiros, 1993.

TALAMINI, Eduardo. “A arbitragem e a parceria público-privada (PPP)”. In: TALAMINI, Eduardo; JUSTEN, Monica Spezia. *Parcerias público-privadas*. São Paulo: RT, 2005, pp. 333-358.

_____. “A (in)disponibilidade do interesse público: consequências processuais (composições em juízo, prerrogativas processuais, arbitragem e ação monitória)”. *Revista de processo*, n. 128, ano 30, pp. 59-77, out. 2005.

_____. “A (in)disponibilidade do interesse público: consequências processuais (composição em juízo, prerrogativas processuais, arbitragem, negócios processuais e ação monitória - versão atualizada para o CPC/2015)”. In: DIDIER JR., Fredie (coord.). *Justiça multiportas: mediação, conciliação, arbitragem e outros meios de solução adequada de conflitos*. Salvador: juspodivm, 2017, pp. 275-297.

TARTUCE, Fernanda. *Mediação nos conflitos civis*. São Paulo: Método, 2008.

_____. “Conciliação em juízo: o que (não) é conciliar”. In: SALLES, Carlos Alberto de; LORENCINI, Marco Antônio Garcia Lopes; SILVA, Paulo Eduardo Alves da (coord.). *Negociação, mediação e arbitragem. Curso básico para programas de graduação em direito*. São Paulo: Forense, 2012, pp. 149-178.

TARUFFO, Michele. *Processo civil comparado: ensaios*. São Paulo: Marcial Pons, 2013.

TORNAGHI, Hélio. *Comentários ao Código de Processo Civil*. v. 1. São Paulo: RT, 1976.

THEODORO JÚNIOR, Humberto. *Curso de direito processual civil*. v. I. 58. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2017.

THEOTONIO NEGRÃO, GOUVÊA, José Roberto F., BONDIOLI, Luis Guilherme A.. *Código de Processo Civil e legislação processual em vigor*. 43. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

TROTT, Stephen. “O uso de um criminoso como testemunha: um problema especial”. *Revista CEJ*, n. 37, v. 22, pp. 69-93, abr.-jun.2007.

VANHONI FILHO, Vidal. “Suspensão do processo: Natureza Jurídica da Suspensão do Processo”. Disponível em [<http://www.buscalegis.ufsc.br/revistas/files/anexos/16784-16785-1-PB.htm>], acesso em 07/01/2018.

VARGAS, Sarah Merçon. *Meios alternativos na resolução de conflitos de interesses transindividuais*. Tese – Faculdade de Direito. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2012.

VELLANI, Mario. *Il pubblico ministero nel processo. Profilo storico*. v. I. Bologna: Nicola Zanichelli Editore, 1965.

VERÍSSIMO, Marcos Paulo. “Comentários à lei da ação civil pública”. In: COSTA, Susana Henriques da (org.). *Comentários à lei de ação civil pública e lei de ação popular*. São Paulo: Quartier Latin, 2006, pp. 524-553.

VIEGAS, Vera Lúcia. “*Ius cogens* e o tema da nulidade dos tratados”. *Revista de Informação Legislativa*, n. 144, v. 36, pp. 181-196, 1999.

VIEIRA, Fernando Grella. “A transação na esfera da tutela dos interesses difusos e coletivos e a posição do Ministério Público”. *Revista Justitia*, n. 161, pp. 140-153, jan.-mar. 1993.

_____. “A transação na esfera da tutela dos interesses difusos e coletivos: compromisso de ajustamento de conduta”. In: Milaré, Édís (coord.). *Ação civil pública. Lei 7.347/1985 – 15 anos*. 2. ed. São Paulo: RT, 2002, pp. 262-290.

VIGLIAR, José Marcelo Menezes. *Ação civil pública*. São Paulo: Atlas, 1999.

_____. *Interesses individuais homogêneos e seus aspectos polêmicos*. São Paulo: Saraiva, 2003.

_____. *Tutela jurisdicional coletiva*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

WATANABE, Kazuo. “Tutela jurisdicional dos interesses difusos: a legitimação para agir”. *Revista de processo*, n. 34, ano IX, pp. 197-206, abr.-jun.1984.

_____. “Cultura da sentença e cultura da pacificação”. In: YARSHELL, Flávio Luiz; MORAES, Maurício Zanoide de (org.). *Estudos em homenagem à professora Ada Pellegrini Grinover*. São Paulo: DPJ, 2005, pp. 684-690.

WEIS, Carlos. *Direitos humanos contemporâneos*. 2. ed. São Paulo: Malheiros, 2010.

WROBLESKI, Henry M. e HESS, Kären M. *Introduction to law enforcement and criminal justice*. 8. ed. Belmon, CA: Wadsworth Publishing, 2005.

YARSHELL, Flávio Luiz. *Antecipação da prova sem o requisito da urgência e direito autônomo à prova*. São Paulo: Malheiros, 2009.

YOSHIDA, Consuelo Yatsuda Moromizato. *Tutela dos interesses difusos e coletivos*. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2006.

ZANETI JR., Hermes. “Código de processo civil 2015: ruptura do paradoxo entre o Ministério Público da Legalidade e o Ministério Público Constitucional”. In: GODINHO, Robson Renault e COSTA, Susana Henriques da (coord.). *Ministério Público (coleção repercussões do novo CPC)*. Salvador: Juspodivm, out.2015, pp. 43-60.

ZAVASCKI, Teori Albino. *Processo coletivo. Tutela de direitos coletivos e tutela coletiva de direitos*. 7. ed. São Paulo: RT, 2017.

ZUCKERMAN, Adrian A. S. (org.). *Civil Justice in crisis. Comparative perspectives of civil procedure*. Oxford New York: Oxford University Press, 2003.

ZUFELATO, Camilo. “Legitimidade ativa de associações, autorização individual, e os limites subjetivos da coisa julgada em recente decisão do STF: um retrocesso para a tutela coletiva”. In: PUOLI, José Carlos Baptista; BONÍCIO, Marcelo José Magalhães; LEONEL, Ricardo de Barros (coord.). *Direito processual constitucional*. Brasília: Gazeta Jurídica, 2016, pp. 25-51.